

Pedro Ruas

PLANO DE GOVERNO DO PSOL



**Rio
Grande
sem
fome**

INTRODUÇÃO

Diretrizes para o programa de um partido socialista no Governo do Rio Grande do Sul. Nosso projeto é o combate à fome e à miséria, o que pretendemos viabilizar por meio das diretrizes programáticas que, a seguir, apresentamos.

As ações que seguem são parte do esforço do PSOL de apresentar um projeto de transformação estrutural e social no estado, na perspectiva de combater as desigualdades sociais históricas, tendo em vista a estratégia de construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e, portanto, socialista. É necessária uma guinada política, econômica e social para que haja uma verdadeira mudança nos rumos do Rio Grande do Sul.

Devemos, por exemplo, atacar o problema da dívida estadual, ilegítima e imoral, que consome boa parte da receita do RS, além da falta de ressarcimento federal com as perdas brutais da Lei Kandir. É necessário destacar, também, nessa parte econômica, o peso enorme da sonegação

fiscal, que os últimos dois governos permitiram pela falta de incentivo e estrutura para a fiscalização. Ao final, nesse item, o absurdo das desonerações fiscais sem critérios e sem justas contrapartidas à sociedade, em especial a sua parte mais carente de recursos e oportunidades.

O povo do Rio Grande é, também, duramente penalizado pelas dificuldades de acesso à saúde, à educação, à segurança, à moradia, ao transporte coletivo, ao lazer e à cultura. É necessário inverter as prioridades, retomar a soberania estadual, valorizar o serviço e os servidores públicos, mudar matrizes produtivas e defender um projeto alternativo para os setores populares.

Nosso programa está alicerçado no acúmulo político do PSOL, na construção

das lutas sociais, nas reivindicações das entidades e dos movimentos, bem como nas demandas do povo mais necessitado e, via de regra, muito oprimido.

O atual governo levou o Rio Grande do Sul a um desastre através do desmonte do estado, privatizando e vendendo patrimônio público que nosso povo levou anos, por vezes décadas, para construir, comprometendo o futuro de todos. Nunca tivemos tamanho desemprego e falta de renda para nossa gente, nossas irmãs e irmãos mais humildes, que sobrevivem a duras penas enquanto alguns aumentam suas fortunas com as benesses obtidas junto ao poder governamental.

Diante desse verdadeiro desastre, é imperativo mudar.

Queremos expandir para o conjunto do estado nossas ideias e propostas, como uma forma de responder positivamente aos desmandos e desgovernos que há tempos ocupam o Palácio Piratini.

Nosso esforço inicial consta dessas páginas. Como nenhum programa de gestão

responsável pode, no seu começo, já ser definitivo, convidamos todas e todos a buscar os caminhos que nos permitam, de fato, combater juntos a fome e a miséria no Rio Grande!

Pedro Ruas

*Pré-candidato a
Governador do Estado*



NOTA METODOLÓGICA

As propostas que seguem, construídas de forma coletiva por diversos grupos de trabalho, **têm como base cinco eixos**: (1) combate à fome; (2) geração de trabalho de qualidade e renda; (3) participação popular e centralidade da periferia; (4) defesa ambiental em proteção à vida; e (5) defesa do serviço público.

Antes do conjunto de propostas, são apresentadas **três ações que são consideradas centrais** para o programa: (1) a erradicação da pobreza extrema; (2) a implementação de ensino na modalidade integral em toda a rede estadual; e (3) o aumento substancial do orçamento participativo.

Na sequência dessas, são apresentadas as demais as ações que compõem o arcabouço que norteará o futuro governo do PSOL. Essas centenas de **ações estão divididas em 16 temas**. Diversas ações se encaixam em mais de uma área. Nesses casos, manteve-se em apenas uma categoria, para evitar repetição. Os temas que congregam as ações podem ser conferidos no sumário da página que segue.

SUMÁRIO

Propostas centrais	6
Ambiente	10
Assistência social	22
Comunicação	26
Cultura	30
Economia e emprego	36
Educação	49
Juventude	55
LGBTI+	58
Moradia e saneamento	66
Mulheres	73
Mundo do campo	84
Negritude	95
Povos originários	104
Saúde	107
Servidores	111
Segurança	120
Transporte e infraestrutura	133

PROPOSTAS CENTRAIS

ERRADICAR A POBREZA EXTREMA

Auxílio mensal e permanente de R\$ 350 para famílias em situação de extrema pobreza

Custo de R\$ 288 mi anuais a ser coberto por alterações no imposto sobre heranças



100% DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL

Inclusão de cerca de 650 mil estudantes no ensino integral, passando de 2,88% para 100% de cobertura

Custo de manutenção de R\$ 533 mi anuais a serem cobertos pela redução de 5,71% dos benefícios fiscais



AUMENTAR EM 80X O TAMANHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Aumentar o orçamento destinado à consulta popular dos atuais R\$ 30 mi para R\$ 2,4 bi até 2026

Todos os recursos que iriam para o pagamento da dívida ilegal com a União terão esta destinação



ERRADICAR A POBREZA EXTREMA

Dados do IBGE indicam que a população em situação de extrema pobreza aumentou em cerca de 26% entre 2018 e 2020. São cerca de 80 mil famílias vivendo com renda per capita média inferior a R\$ 145,00 por mês. Não há qualquer possibilidade de se discutir o futuro do estado enquanto essas famílias não tiverem sua dignidade assegurada. Por isso, nossa proposta inicial é uma **renda mensal mínima de R\$ 300,00** voltada a esse grupo.

Os valores serão repassados em complemento a outros benefícios, a um custo anual total estimado em R\$ 288 milhões anuais. O valor será coberto por meio de alterações no Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, conforme dados do PL 99/2020, apresentado pelo PSOL e em trâmite na Assembleia Legislativa. O projeto, que tem como principal alteração o aumento da tributação sobre heranças e doações milionárias, tem impacto positivo que deve passar de R\$ 300 mi por ano.



3127

PESSOAS QUE RECEBERAM
HERANÇAS E DOAÇÕES
ACIMA DE R\$ 1 MILHÃO



80000

FAMÍLIAS COM RENDA
PER CAPITA INFERIOR A
R\$ 145 POR MÊS

100% DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL

Dados do Censo Escolar indicam que apenas 2,88% dos estudantes da rede estadual (fundamental e médio) estudam em tempo integral. Um número distante da meta de 25% determinada pelo Plano Nacional de Educação para 2024. Utilizando-se como referência os dados da Portaria Interministerial 01/2021 para o estado, estima-se que a inclusão da rede inteira na modalidade integral exigiria um aporte de R\$ 533 milhões ao ano.

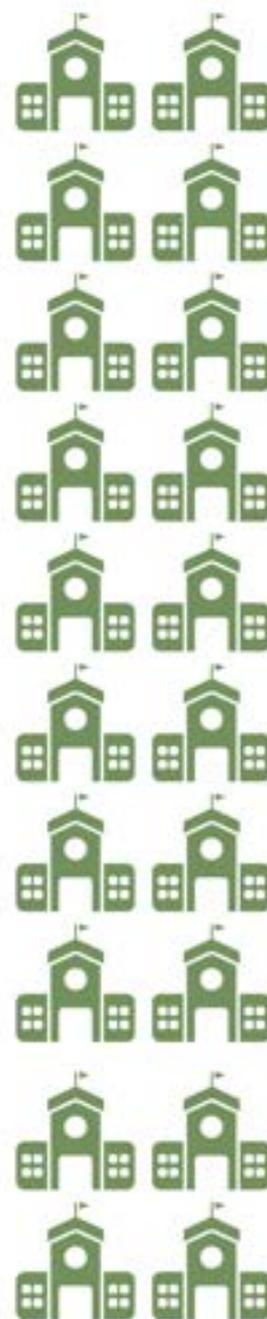
A segunda proposta do PSOL, voltada a um futuro de mais igualdade e desenvolvimento, tem como objetivo ir muito além da meta do PNE, incluindo todos os quase 650 mil alunos da rede estadual na modalidade integral. Esse valor seria coberto com uma redução de apenas 5,71% do total de benefícios fiscais concedidos atualmente pelo estado. Se, a título de exemplo, somarmos apenas os créditos presumidos para o biodiesel e para as chapas e bobinas de aço chegamos a R\$ 733 milhões por ano. O PSOL tem compromisso de ir muito além desses 5,71%.

5,71%

DOS BENEFÍCIOS DADOS A EMPRESAS EM DESONERAÇÕES FISCAIS

649.991

ALUNOS, DE 2012 ESCOLAS, INGRESSANDO NA MODALIDADE INTEGRAL



AUMENTAR EM 80 VEZES O TAMANHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O estado já foi reconhecido como um espaço de referência para os avanços democráticos. Um orgulho que ruiu diante de seguidas gestões que reduziram o povo ao voto. Perdemos nosso direito a decidir sobre o patrimônio público e demos a Brasília o poder para cuidar de nossas finanças. Chegamos em 2022 com miseros 0,07% da receita (R\$ 30 mi) no orçamento participativo, conforme infográfico desta página.

Nossa proposta busca garantir, pela primeira vez, que o povo tenha soberania real para decidir sobre o seu futuro. Para isso, nosso compromisso é suspender imediatamente os pagamentos da dívida imoral e já paga que o estado ainda teria com a União e jogar no lixo da história o vergonhoso Regime de Recuperação Fiscal. Mantendo-se o RRF, o estado terá que dar à União, mesmo com redução das parcelas, R\$ 6,75 bilhões em 4 anos. Com o PSOL no Piratini, esse valor fica no estado e será inteiramente direcionado a investimentos escolhidos pelo povo.



AMBIENTE

O Rio Grande do Sul, fruto do seu pioneirismo nas lutas ecológicas, possuía, até alguns anos atrás, uma legislação ambiental mais avançada em relação aos demais estados, mas sofreu um autêntico **desmonte do marco legal** nos governos Sartori e Eduardo Leite. Tivemos a extinção da Fundação Zoobotânica, mais de 400 mudanças no Código Estadual do Meio Ambiente e uma prejudicial alteração na lei dos agrotóxicos.

Não podemos dissociar essas mudanças do atual momento de acumulação predatória do capital, que transforma a natureza e os bens comuns em mercadoria, bem como da **inserção subordinada do Brasil** na economia mundial, cada vez mais dependente do extrativismo e da exportação de commodities.

O PSOL entende que a luta ambiental não pode estar desvinculada da luta

anticapitalista e que só a partir de uma mudança radical no atual modo de produção e de consumo poderemos enfrentar a **emergência climática**, com a redução da emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global, que coloca em risco nossa própria sobrevivência no planeta.

Isso significa **rediscutirmos a visão de desenvolvimento** adotada pelos governos neoliberais aqui no estado, de priorizar a concessão de subsídios para o agronegócio, principalmente para a plantação de soja, e apostar em alternativas econômicas como a silvicultura e, mais recentemente, a megamineração. Não por acaso, são essas as grandes responsáveis pela fragilização e comprometimento do **bioma pampa**.

Seguido disso, no estado onde o agronegócio é o setor que possui a maior demanda por água doce, a **crise hídrica** se alastra diante todas as regiões - condição

agravada pelo gerenciamento de recursos hídricos ineficiente, pela diminuição da disponibilidade hídrica e pela falta de um saneamento básico adequado.

Temos, no Estado, pouco mais de 20 Unidades de Conservação delimitadas, somando uma área de pouco menos de 10% do território. Não há garantias específicas, hoje, de que elas serão respeitadas enquanto locais de preservação. A ocupação territorial nem sempre tem considerado as externalidades desse processo e também não contempla aspectos relacionados à diversidade, às riquezas naturais e à sustentabilidade local e regional.

Quando falamos de ambiente, estamos diante um meio que abriga e rege a

vida em todas as suas formas, o que inclui o debate do direito dos animais, tão negligenciados por sucessivos governos. Um exemplo disso é o governo Leite, que não deu os devidos incentivos e estrutura de fiscalização para o devido cumprimento da Lei de Proteção aos Animais vigente.

Urge uma reavaliação dentro do modo de produção desse sistema. Precisamos adequar os nossos meios para que adieemos o colapso final, promovendo a biodiversidade e o desenvolvimento verde. O PSOL fará um governo que preserva o meio ambiente e seus recursos naturais, que serve o povo e que protege os animais.

propostas

Reorganizar a Secretaria do Meio Ambiente

Em flagrante conflito de interesses, a pasta da Infraestrutura foi incorporada à Secretaria do Meio Ambiente. Os órgãos ambientais têm competências específicas que são incompatíveis com os da pasta de infraestrutura, e essa fusão foi uma brutal involução na gestão ambiental do RS.

Nota técnica da “Associação dos Servidores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul” (ASSEMA/RS), mostra que este antagonismo de competências dentro da mesma Secretaria foi confirmado nos últimos anos, refletindo, de maneira geral, em desconforto e contrariedade dos Servidores e Funcionários do órgão ambiental estadual, e pode ensejar dúvida na sociedade quanto à efetiva fiscalização e monitoramento de empreendimentos e projetos que são fomentados e implantados dentro da mesma Secretaria fiscalizadora e reguladora.

Revogar medidas antiambientais dos governos Sartori e Leite

Desfazer a extinção das fundações de pesquisa como a Fundação ZooBotânica; propor revogação das alterações no Código Ambiental, tais como autolicenciamento, e da flexibilização do uso de agrotóxicos, que permitiu a liberação por aqui de venenos proibidos nos países de origem.

Mudar o paradigma de privatização

Acabar com a privatização dos parques estaduais, do Jardim Botânico, do Museu de Ciências Naturais e do Zoológico de Sapucaia

Reorganizar a política de unidades de conservação, com a criação de novos parques, realizando-se concurso público para estruturar a prestação de serviços públicos na área.

Proibir novas minas de carvão mineral

Priorizar investimentos na energia solar e eólica

Implantar energia solar nos prédios públicos do Estado

Iniciar a implantação nas escolas estaduais, com a meta de atingir nossas 200 maiores escolas ao longo dos próximos quatro anos.

Fortalecer preservação de bacias hidrográficas

Inventariar as bacias hidrográficas e implementar rios e bacias livres de barragens.

Decretar emergência climática no estado e fortalecer estruturas de medição e controle da geração de gases de efeito estufa

Com o decreto, criar um comitê de planejamento de ações transversais em todas as secretarias para a redução de geração de gases de efeito estufa.

Incluir ativamente a sociedade na participação dos processos de Estudo de Impacto Ambiental

Submeter a conselhos com participação da sociedade civil as decisões mais importantes da pasta de Meio Ambiente e dar a essas decisões caráter deliberativo

Aplicar e monitorar ações intensivas de recuperação das margens dos rios, arroios e riachos

Organizar equipes técnicas com integração as universidades regionais para aplicar o reflorestamento de matas ciliares.

Realizar estudo de afloramento, ocupação do solo e preservação ambiental

Organizar informações para a gestão e proteção das águas subterrâneas nas áreas de afloramento do Sistema Aquífero Guarani, visando disciplinar a ocupação do solo e orientando a conservação.

Criar um departamento de recuperação e manutenção de corpos d'água

Criar estrutura específica para tal fim na Secretaria do Meio Ambiente, admitindo, via concurso, equipes técnicas especializadas no tema.

Criar programa de recuperação de rios e córregos degradados

Uma medida consiste na utilização de jardins flutuantes cobertos por plantas aquáticas capazes de filtrar os poluentes sem a utilização de produtos químicos.

Descentralizar o saneamento básico, de acordo com a realidade social das comunidades, por meio da conservação da energia, por fontes renováveis e a preservação das fontes de água

Atualmente há uma centralização de poder em detrimento do saneamento básico, com a privatização de serviços essenciais e a existência de um estado mínimo que aliena a população sobre seus direitos que deveriam ser garantidos.

Descentralizar de acordo com a realidade social, como residentes de arroios rurais, urbanos e periferias, garantir a participação dessas comunidades nas tomadas de decisão perante o saneamento ambiental, por meio de projetos de educação ambiental voltados exclusivamente para cada comunidade, que fomentem a conservação de energia e a preservação dos corpos d'água.

Implantar sistemas de saneamento natural, com equipes técnicas e monitoramento

Os wetlands construídos são sistemas artificialmente projetados para utilizar plantas aquáticas (macrófitas) em substratos como areia, cascalhos ou outro material inerte, onde ocorre a proliferação de biofilmes que agregam populações variadas de microrganismos os quais, por meio de processos biológicos, químicos e físicos, tratam águas residuárias (Sousa et al., 2000; Sousa et al., 2003)

Criar ações voltadas para a preservação do Aquífero Guarani

Fomentar a agroecologia em conjunto a implantação de agroflorestas.

Avaliar impacto de plantio de monocultivos agrícolas e florestais e uso de agrotóxicos em áreas próximas ao Aquífero.

Elaborar plano de trabalho para as Unidades de Conservação

Realizar reuniões técnicas para levantamento de dados sobre as especificidades das UCs, visando subsidiar a elaboração do plano.

Atualizar e publicar o mapeamento das áreas de UC, uma vez que os dados atuais estão escassos e há muitas divergências.

Definir novas áreas prioritárias para a instalação de UC.

Regularizar e destinar o entorno das UCs para comunidades indígenas e quilombolas que fariam parte dos conselhos gestores.

Retirar da Brigada Militar o exercício de polícia florestal

Criar um novo órgão público, a Polícia Florestal Estadual (PFE), prevista no artigo 5º, inciso XVI, da Lei nº 9.519/1992.

Admitir servidores suficientes e eficientes para suprir as demandas da PFE, havendo a necessidade de especialistas na área ambiental, como: gestão ambiental e florestal; atendimento, resgate e primeiros socorros de fauna silvestre; controle, análise e estudo de níveis de poluição; direito e legislação ambiental; controle de incêndios florestais.

Para suprir as demandas estaduais, é necessário haver ao menos uma unidade de ação da PFE em cada sub-região do estado. Quando se tratar de regiões metropolitanas, instalar ao menos três unidades de ação.

Atribuir a Polícia Florestal Estadual a responsabilidade de recolher Fauna Silvestre Exótica e dar destinação adequada para

Criar pelo menos dois Refúgios de Vida Silvestre (REVIS) em cada bioma

Santuários Estaduais para a Fauna Silvestre Exótica.

São necessárias UCs voltadas ao cuidado e manutenção da vida silvestre, especialmente com a fauna respeitando seu habitat natural. Atualmente, em nosso cenário, não há locais de acolhimento e reabilitação de vida silvestre atingida por processos antrópicos.

Para tal fim, criar plano de manejo adequado, de modo a prover atendimento especializado e prever ações corretivas para suprir as demandas.

Criar um sistema estadual de pagamento por serviços ambientais (PSA) para serviços de reflorestamento e ações de regeneração ou restauração da vegetação nativa.

Em acordo com a Lei federal nº 14.119/2021, por meio de conveniamento com o governo federal, criar um sistema estadual de PSA, baseado nos moldes do Programa Produtor de Água da ANA, que beneficie pessoas e entidades que realizem serviços de reflorestamento nativo e/ou ações de regeneração ou restauração da vegetação nativa. Os beneficiados deverão realizar uma apresentação semestral dos resultados em plenárias públicas sediadas na PFE da sub-região. Estas plenárias necessitam da representação de conselhos municipais de todos os municípios da sub-região e serão abertas à população

Reorganizar política de coleta de lixo

Realizar levantamento dos locais de aterros sanitários e suas condições.

Averiguar as licenças ambientais dos aterros sanitários.

Criar índice de geração de resíduos sólidos segregados por classes conforme legislação vigente.

Fomentar o encaminhamento dos resíduos conforme sua classificação, seguindo rotas definidas e mantendo suas destinações e geração de energia por biodigestores.

Manter um consórcio entre os municípios da região para o recolhimento e destinação dos resíduos respeitando suas classificações.

Incluir item de obrigatoriedade nas licenças de operação de logística reversa para as embalagens produzidas nas indústrias.

Realizar a recuperação de áreas degradadas por aterros e “lixões”.

Criar a Secretaria dos Direitos Animais

A ação se dá em respeito a todas as formas de vida, à biodiversidade e em reconhecimento às populações animais com as quais a humanidade convive desde os seus primórdios com as mais diversas interações.

Os sucessivos governos estaduais se omitem totalmente na questão dos direitos animais. Os chamados “animais domésticos” passaram por este processo de domesticação de forma absolutamente desarmônica, a partir de um processo antrópico, quase sempre unilateral e às custas da liberdade dos animais.

Isto nos coloca na obrigação de reconhecermos o direito à existência digna e sem crueldade dessas espécies sencientes

Transformar os zoológicos em centros de resgate, de salvamento de espécies ameaçadas e de saúde animal

trazidas ao nosso convívio, sendo extremamente importante a criação de um órgão específico que se responsabilize e cumpra as numerosas demandas para o cuidado e a conservação dessas espécies.

A partir da legislação da Portaria IBAMA 489/18, zoológicos deveriam ser locais de manutenção de vida de fauna silvestre, o que não se verifica na prática.

Por isso, propomos a transformação de todos os zoológicos estaduais em centros de resgate, de salvamento de espécies ameaçadas e de saúde animal, permitindo a visitação pública somente para fins educativos.

Proibir a caça esportiva e amadora, incluindo de animais exóticos invasores

Sabe-se que a caça, como forma de extermínio de fauna silvestre invasora, não trouxe resultados eficazes e tampouco que contivessem a reprodução e expansão desta fauna.

Criar santuários estaduais de fauna silvestre exótica

Criar santuários adequados e protegidos contra fugas. Criar um destino digno para a fauna silvestre exótica considerada invasora, de respeito, segurança e cuidado.

Proibir práticas esportivas que envolvem sofrimento animal

Proibir práticas esportivas que envolvem sofrimento animal, tais como rodeios com a prática do freio-de-ouro, rinhas de galo ou cães e corridas de cães.

Estabelecer tempo limite para uso laboral de animais e fortalecer a fiscalização das limitações do esforço animal

Realizar um estudo prévio com equipe especializada para estabelecer o quantum adequado. Tais disposições se aplicariam a casos como o dos cães e equinos da BM.

Melhorar e fiscalizar as limitações do esforço animal que já constam na Lei 15 363/19.

Criar força tarefa para minutar alteração legislativa nesse sentido

Regulamentar a proibição do uso de animais para testes

Proibir a vivisseção e o uso de animais em testes laboratoriais comerciais.

Exigir laudos e justificativas para o uso de animais para o ensino universitário, conforme a Lei Arouca.

Indicar a substituição dos animais vivos por modelos e animações gráficas.

Criar um sistema de monitoramento e proteção de fauna em estradas estaduais

Após mapeamento de áreas de risco, inserir sinalização de alerta sobre o trânsito de animais silvestres e domésticos nas vias, de acordo com a sua ocorrência. Inserir também outros equipamentos necessários, como cercas, túneis e escadas para bugios.

Criar hospitais veterinários estaduais em cada sub-região

Em parceria/convênio com o Governo Federal e Municípios construir Hospitais veterinários referências nas regiões do estado.

Criar bancos de ração e medicação em todos os municípios

Realizar convênio com prefeituras para a criação de bancos de rações e medicamentos veterinários municipais destinados a animais abandonados ou tutelados por famílias hipossuficientes.

Promover educação e conscientização sobre a importância e o cuidado da fauna nas rodovias

Promover juntamente as universidades regionais e ao Denatran, seminários, pesquisas e eventos de educação e conscientização sobre o atropelamento dos animais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A atuação do estado na área de assistência social não pode ficar subordinada às políticas econômicas de austeridade. O governo deverá estabelecer diretrizes claras e sólidas, garantindo, também, apoio logístico e financeiro aos municípios na prestação dos serviços.

O desafio é o aperfeiçoamento e uma maior abrangência das ofertas socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Prefeitos, com razão, reclamam dos impactos do teto de gastos, que vem atingindo em cheio o setor, sobrecarregado pela pandemia e pela falta de expansão dos serviços.

A consolidação dessas funções de proteção, que concretizam marcos civilizatórios mínimos, exige que as políticas públicas setoriais e transversais correspondentes sejam dispostas com prioridade no orçamento público.

Dentre as questões imediatas, gestores chamam a atenção para a necessidade de ampliar, com a devida fiscalização, o Cadastro Nacional das Entidades Socioassistenciais (CNEAS) e a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

A existência de entidades certificadas garante a oferta qualificada de ações e serviços do SUAS nos municípios, sendo uma parceria importante para as prefeituras. No Rio Grande Sul, somente 398 entidades possuem a certificação, um número baixo em relação à demanda. A certificação do CEBAS garante, por exemplo, que as entidades possam receber recursos do Ministério da Cidadania e isenção fiscal.

Outra questão é a estrutura atual da Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social, que atende questões muito diversas, e poderia ser

desmembrada. A complexidade e abrangência da matéria exige uma pasta específica e dedicada para realizar de forma mais integral e eficaz a sua finalidade, qual seja, atender o público de pessoas em situação de rua e em estado de pobreza.

Ademais, o atendimento das unidades da Fundação do Atendimento Socioeducativo (FASE) poderia ser vinculado à Secretaria de Assistência Social, atualmente sob a Secretaria de Justiça e Sistema Penal Socioeducativo, oferecendo um atendimento mais humanizado, de acordo com o ECA.

Ainda, é essencial que os conselhos estaduais da área sejam fortalecidos, garantindo-se participação efetiva de

pessoas da sociedade que realmente represente cada uma das áreas. Dentre os conselhos, pode-se citar o de Assistência Social, de Segurança Alimentar, da Pessoa com Deficiência, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos, da Comunidade Negra, dos Direitos LGBTQI e da Pessoa Idosa.

Por fim, mas não menos importante, o Governo precisa passar a dar a atenção devida, em termos administrativos e financeiros, às fundações que atendem pessoas com deficiências físicas ou mobilidade reduzida, com autismo e com Síndrome de Down, quais sejam: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PCD e PCAH (Faders) e Fundação de Proteção Especial (FPE).

propostas

Ampliar o cofinanciamento estadual

Aumento do repasse aos municípios para custeio de benefícios e para fins de cofinanciamento, utilizando-se de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo.

Reavaliar o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social

Reavaliar o Programa por meio de ações rígidas de monitoramento, avaliação e controle.

Reestruturar o quadro recursos humanos vinculado à política de Assistência Social

Alteração da cultura dos agentes dessa área, trocando o imediato pelo planejado, introduzindo mecanismos de prevenção e incorporando os usuários como sujeitos de direitos.

Gestão com formulação de metas, análise constante das condições de trabalho e formação continuada dos trabalhadores.

Promover conselhos, conferências e espaços consultivos

Acompanhamento dos serviços e ações do governo e das instituições filantrópicas pela sociedade civil com a promoção de conferências e fortalecimentos dos conselhos e criação de novos

Promoção e fortalecimento de espaços consultivos que congreguem a academia e os órgãos de Estado na construção e avaliação de políticas públicas da área.

**Aumentar o
atendimento nas áreas
de acolhimento**

Fortalecimento da rede de atendimento à saúde mental, a idosos, a pessoas vítimas de violência e a pessoas em situação de rua.

Ampliação do número de CRAS, CREAS, Centro Dia, Abrigos, Vínculo Suas (SAF), Centro Pops e Repúblicas.

**Fortalecer os municípios
na realização da análise
situacional**

Oferecer parcerias para pesquisa e recolhimento de dados, adaptando os serviços a serem oferecidos à realidade, necessidades e o tamanho de cada município.

COMUNICAÇÃO

Com a crescente digitalização dos serviços públicos, por meio da adoção de tecnologias de informação e comunicação (TIC), no que se convencionou chamar de governo eletrônico, é possível desenvolver e aprimorar canais de comunicação que aproximem o cidadão do processo político democrático.

Os já existentes canais de acesso à informação, instituídos pela Lei 12.527 de 2011, que garantem a **transparência da gestão e a fiscalização pela sociedade civil**, devem ser constantemente aprimorados, principalmente com a simplificação da informação e seu manuseio.

Além desses, criar ou aprimorar canais de participação cidadã. Espaços de consulta, discussão e deliberação de assuntos de interesse social, que possibilitem influência da população na construção das políticas públicas. Os canais digitais de comunicação, mediados pelas TIC, têm potencial para aumentar a

participação cidadã, o que hoje se entende por web-participação, e-participação ou participação digital. Esses canais também podem ser um veículo para **incorporar e engajar pessoas e grupos tradicionalmente excluídos** do debate público ou sem representação em parlamentos e outras instâncias de governo.

O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã foi instituído por meio do Decreto 49.765, de 2012. A metodologia proposta pelo sistema no Rio Grande de Sul foi construída considerando as experiências do estado ao longo das últimas décadas, preservando a essência do Orçamento Participativo, da Consulta Popular e inovando nas ferramentas de diálogo virtual.

Para a participação da população, há também o uso das **rádios comunitárias**, que deve ser fortalecido. Esses veículos, que têm finalidade social, contam com a participação da comunidade na programação, administração, operação, financiamento e

avaliação. São meios independentes e não governamentais que não realizam proselitismo religioso, nem são controlados por partidos políticos ou empresas.

Também são importantes a garantia de cotas de produções regionais e independentes na TV e no rádio, e a criação de um Conselho da Comunicação Social. Tais medidas são vitais em um cenário de ausência de regulamentação que mantém os meios em uma tendência de monopólio - o

que faz com que as emissoras não respeitem a pluralidade regional e não privilegiem conteúdos educativos, artísticos, culturais e informativos, conforme determinado na Constituição Federal.

O governo do PSOL garantirá a existência de uma radiodifusão pública e não submetida a interesses de mercado. A destruição das fundações, pelo governo Sartori, que atingiu em cheio a TVE e a rádio FM Cultura, deve ser revertida.

propostas

Garantir cotas de produção regional e independente na TV e no rádio

As emissoras públicas têm obrigação de atender o público de todo estado de maneira uniforme. Serão adotadas normas para inserção de conteúdos de todas as regiões do RS. Também será determinado espaço para produções independentes.

Constituir o Fundo de Comunicação Pública

O governo do estado deverá garantir verba própria para a produção de suas emissoras de rádio e TV, com o objetivo de não depender da comercialização de seu conteúdo.

Reestruturar e modernizar a TVE e a FM Cultura

Valorização e capacitação dos mais de 120 funcionários públicos da Fundação Piratini, com a garantia de que exercerão suas atividades em suas devidas posições. Modernização por meio de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICS) como transmissões via streaming, redes sociais e possíveis aplicativos interativos, que proporcionem a total interação das pessoas na construção de um veículo verdadeiramente público.

Promover uma política de inclusão e educação digital

O estado tem obrigação de oferecer o serviço a todas as regiões do estado, democratizando o acesso e a educação através das escolas, universidades, centros comunitários.

Criar uma rede de veículos de interesse público com controle democrático pela sociedade civil

Os veículos estatais devem funcionar como núcleo central de uma grande rede. Tornar a TVE-RS e a FM Cultura canais que centralizem as produções municipais e regionais de todo o estado, em nível de programação, pedagógico, educacional e informacional.

**Estreitar as parcerias
entre a TVE-RS e FM
Cultura com as rádios
universitárias do estado**

Realização de convênios com as federais (UFRGS, FURG e UFSM), estadual (UERGS) e privadas, como UCPEL e UCS, que possuem cursos de Comunicação Social e canais de jornalismo e produção cultural.

**Aprimorar e desenvolver a
Escola Gaúcha de
Comunicação**

Programa que busca oferecer cursos técnicos de comunicação, radiodifusão e audiovisual, com vagas destinadas a jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social e egressos do sistema socioeducativo.

**Apoiar e fomentar os
meios de comunicação
comunitários nos
municípios**

Trata-se de trabalhar e organizar a comunicação como parte de um processo organizativo e mobilizador de caráter comunitário, que se volte para a produção de conhecimento e de sistemas de informação segundo as necessidades e interesses dos grupos envolvidos nas lutas para ampliação da cidadania.

**Construir canal de
informação modelo**

Por meio de uma Comunicação Governamental e Institucional, será objetivo de governo ampliar e fortalecer o controle social, de forma a consolidar e propagar a participação popular e a democracia.

**Criar o Conselho Estadual
da Comunicação Social**

Compor Conselho paritário, com representação dos diversos setores da sociedade civil, assim como com representantes das regiões do estado, para assim garantir um sistema de comunicação efetivamente público, que tenha como princípio a pluralidade, a liberdade de expressão real e a defesa dos direitos humanos e estabeleça o equilíbrio entre o estatal e o privado na produção da comunicação.

CULTURA

“Em 2020, 5,6% da população ocupada do país estava no setor cultural. O percentual representa 4,8 milhões de pessoas. Na comparação com 2019, houve um recuo de 11,2%. Naquele ano, o setor ocupava 5,5 milhões de pessoas, ou 5,8% do total.”
(08/12/2021/Agência Brasil)

Identificamos que, em sua maioria, os equipamentos culturais do Estado estão concentrados em Porto Alegre, dificultando a utilização dos mesmos pelos gaúchos. A gestão da cultura é omissa em relação ao interior, havendo poucas iniciativas de eventos, oficinas, projetos e programas que contemple o estado como um todo.

A Conferência Estadual de Cultura é a instância máxima para o estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Cultura. A Política Estadual de Cultura é o conjunto de programas, projetos e ações, que promovem o desenvolvimento cultural do Estado nas dimensões cidadã, econômica e estética.

Esses dois últimos anos não tivemos Conferência de Cultura presencial devido a pandemia. O movimento cultural foi o primeiro a ser atingido por ela, pois precisamos de público, precisamos de aglomeração. Fazer uma Conferência no primeiro ano de governo nos permite o diálogo e conhecimento das necessidades dos segmentos culturais do estado. E outra no terceiro ano, nos dá a oportunidade de avaliação e correção de rumos e metas.

O contato com o Cais de Porto Alegre, que já foi palco de várias atividades culturais, continua sendo uma esperança distante. Os projetos em desenvolvimento, focados na iniciativa privada, não dão conta de permitir que a população conviva e usufrua de forma plena nesse espaço simbólico que marca a nossa identidade.

O atual governo do estado tem a proposta de privatizar em parcerias com o setor privado sem ouvir a sociedade civil, por isso setores da sociedade se uniram.

Artistas, artesãos, professores, cidadãos e instituições culturais de Porto Alegre criaram um coletivo chamado Cais Cultural Já, por entender que a população precisa participar das decisões sobre este lugar tão especial e por acreditar que a cultura é a porta pela qual toda e qualquer pessoa pode entrar no nosso cartão postal.

Quem não lembra do espaço que a Feira do Livro tinha no cais? Ou de ver as obras de artes nos armazéns, quando havia a Bienal do Mercosul? Ou ainda das feiras e festas espalhadas ao longo do cais? E é isso que se quer de volta e muito mais: que os armazéns sejam transformados em lugares de uma vida cultural rica e para todo mundo!

Com isso, assegura-se que o cais seja público, como é ainda, e sua ocupação, democrática, sem distinções de classe, de gênero e de raças/etnia. Importante também é que o projeto tem, como meta, a acessibilidade total às pessoas com deficiência. Só assim poderemos falar numa verdadeira devolução do Cais à cidade, porque a cidade é plural, não podendo haver nenhuma forma de segregação.

Foi necessária muita luta pela preservação da Orla do Guaíba, do Mercado Público, pela Usina do Gasômetro e até pela existência do Parcão, para que esses locais não fossem destruídos em nome de uma visão retrógrada do “progresso”. Agora é a vez de lutarmos pelo cais do porto e pelo nosso patrimônio cultural e ambiental.

A Secretaria da Cultura deve ter sua estrutura regionalizada. Cada região do RS pode ter uma regional, facilitando o contato com a Secretaria na capital. Dividindo em cinco regiões o estado e criando um escritório regional da SEDAC em cada uma.

Os Pontões e Pontos de Cultura, associações culturais, grupos artísticos mantêm a cultura viva em nosso estado, não contam com apoio necessário para manutenção e ampliação de atividades, porém com a ampliação do orçamento da SEDAC para 1,5% e a aprovação a nível Federal da Lei Paulo Gustavo teremos condições de apoiar financeiramente estes equipamentos e manifestações culturais pelo interior do estado. Propiciando um maior convívio com a arte e cultura.

Atualmente a SEDAC é desprovida de concursos públicos para técnicos de som e luz de equipamentos culturais e de agentes de cultura, sendo utilizado para estes cargos CCs ou contratações temporárias que não dão a continuidade necessária que se exige

para um trabalho específico e com regras de segurança do trabalho e a continuidade de uma política de estado para cultura, concursos estes que servirão para o quadro funcional dos teatros estaduais, SEDAC e Institutos.

propostas

Aumentar o orçamento estadual para a CULTURA

O Rio Grande do Sul, com sua vasta atividade cultural, tem um orçamento pífio para a sua realidade, sendo atualmente de 0,08% do orçamento do estado destinado a SEDAC, assim não cumprindo o papel protagonista do agente público para garantir o acesso universal para a fruição, formação e fomento cultural do povo gaúcho.

Implantar a descentralização da cultura

Criação dos Centros Comunitários de Cultura (CCCs), espaços não-governamentais onde as comunidades inseridas serão protagonistas da produção e do consumo de arte e cultura.

O referencial da regionalização de implantação dos CCCs pode ser as regiões do Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura/CODIC/FAMURS. As parcerias seriam feitas entre o estado e as entidades gestoras de cultura de cada região ou município. Nesses espaços pode haver cineclubes, bibliotecas e museus comunitários.

Endossar o “Projeto Cais Cultural”

Em alternativa aos projetos inteiramente privatistas para a restauração dos bens tombados no Cais Mauá, o PSOL endossa o projeto alternativo elaborado por professores e pesquisadores da UFRGS, em conjunto com a comunidade cultural e com o coletivo Cais Cultural Já.

Um dos pilares desse projeto é de que a área tenha um aproveitamento voltado para o setor cultural — o que pode envolver gastronomia, artesanato, produção de games, economia criativa, economia solidária, feiras, tornando-se referência como um polo de criação artística e de fruição de cultura. Admite-se parcerias com a iniciativa privada, inclusive no setor das docas, embora não inclua edificações residenciais, para viabilizar a recuperação dos bens tombados.

Também há proposta de administração do conjunto de bens que compõem o Cais Mauá: uma gestão democrática e compartilhada dos armazéns, composta por poder público, iniciativa privada, universidade e comunidade, tendo como base as experiências de participação popular, iniciadas no Orçamento Participativo.

Recompôr a capacidade técnica da área da Cultura

Realizar concurso público para o setor cultural. Há necessidade de contratação de profissionais da área, tanto em funções técnicas específicas, no manuseio dos equipamentos de som e luz nos teatros, montagem de exposições, como no atendimento dos equipamentos culturais em horários diversos.

Incluir projeto para contratação de avaliadores (pareceristas) de projetos, prêmios e editais.

Implantar a interiorização da SEDAC

Junto com a descentralização da cultura, propomos que haja uma descentralização da sede da SEDAC, em escritórios regionais.

Fortalecer os Pontões e Pontos de Cultura existentes

O Estado abrirá editais específicos para novos Pontões e Pontos de Cultura e, também, para os existentes. Cada Ponto de Cultura selecionado por meio do edital público receberá da SEDAC um valor a ser estipulado para que possa se equipar e manter-se durante um período de dois ou três anos. Sendo que o valor total será dividido em parcelas de acordo com o período estipulado pelo edital. Além disso, o Ponto pode captar outros recursos, firmar parcerias e apoios.

Tornar a Conferência Estadual de Cultura bianual

Abertura de diálogo com o Conselho Estadual de Cultura para propor a redução do intervalo entre as conferências. A conferência estadual seria articulada, planejada e regulamentada no 1º semestre de governo, fornecendo textos e estabelece eixos de discussão. A SEDAC com parceria do Conselho Estadual de Cultura estimularia os municípios a elaborarem suas conferências municipais até o 1º semestre do ano seguinte para a escolha de seus delegados.

ECONOMIA E EMPREGO

Para o PSOL, a causa ambiental e ecossocialista é central. Nesse caminho, é necessária uma mudança de paradigma que coloque o Estado no papel de **dirigente** e executor de políticas voltadas ao fortalecimento das estruturas econômicas e fiscais necessárias para conservar o ambiente, garantir a participação popular e induzir modelos de educação e cultura voltados à igualdade.

Para ir além de um modelo baseado no produtivismo puro e simples, é preciso fazer a retomada da **tributação sobre produtos primários e semielaborados** destinados à exportação, lutando-se, por um lado, pela **revogação da Lei Kandir**¹, e fazendo, por outra, a revisão e supressão de parte significativa das desonerações fiscais.

¹ Informações mais aprofundadas sobre a Lei Kandir encontram-se no **Apêndice A**, na sequência deste diagnóstico.

A partir daí, abre-se espaço para investimentos em **agroecologia, transição energética e reconversão industrial**, investindo-se na inovação de impacto ambiental positivo.

As **desonerações fiscais**² não realizaram a geração de empregos e desenvolvimento prometidos, causaram uma perda de arrecadação bilionária que ocasionou a precarização dos serviços públicos, atrasos nos salários dos servidores e a redução acentuada do investimento público.

De acordo com o movimento “Auditoria Cidadã da Dívida e o Sindicato de Auditores Públicos Externos do TCE-RS”, a dívida pública do Rio Grande do Sul com a União foi contratada em 1998 no valor de R\$

² Informações mais aprofundadas sobre as desonerações encontram-se no **Apêndice B**, na sequência deste diagnóstico.

9,56 bilhões. Até dezembro de 2021 já foram pagos pelo estado R\$ 37,11 bilhões e o montante devido não para de aumentar, chegando a R\$ 73,72 bilhões.

A taxa de **desemprego** não baixa de dois dígitos no país, e a curva de empregos formais no RS é descendente (de 2014 a 2018 as perdas chegam a -6,71%). Durante a pandemia, a redução de empregos foi mais acentuada em regiões de produção industrial. Os números se apresentam mais graves ao se observar as pontas mais fragilizadas da sociedade, com as mulheres e negros sendo mais fortemente atingidos. Estudo realizado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE), mostra panorama da desigualdade racial no RS:

no RS, entre **negros**, a taxa chegou aos 13,5%, enquanto entre pardos foi de 12,8%, e entre brancos 7,2%.

A condição de gênero também se reflete na disparidade de remuneração. O salário médio das **mulheres** equivale a 71,4% da média dos homens. É, mais aviltante ainda, a condição da mulher negra que recebe o equivalente a apenas 54,15% do

valor que os homens recebem. Chama atenção, também, a situação vivida pelas mulheres no campo. As famílias dessas mulheres têm renda total de 2 a 5 salários mínimos em 43% dos casos, e de menos de 2 em 33%.

Outro dado importante é que no período de janeiro a novembro de 2021, os jovens de até 29 anos ocuparam 88,4% das vagas criadas no RS. Pessoas com **mais de 50 anos** tiveram números negativos nessa reposição.

As instituições **Barrisul**, **BADESUL** e **BRDE** podem cumprir um papel essencial na execução de um programa de governo voltado a políticas públicas de médio e longo prazo, estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento como estratégia de Estado. Esse modelo deverá estar voltado: à geração trabalho e renda; ao apoio aos **micro, pequenos e médios empresários** e produtores; e, ainda, à diversificação econômica que traga dinamismo e rompa com a dependência do setor agroexportador - concentrador de renda, promotor de atraso político-social e inimigo do meio ambiente.

Apêndice A - **Lei Kandir**

Criada em 1996, a Lei Kandir (LC 87/1996) desonerou da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados (os industrializados já eram desonerados).

Sob a ótica econômica, ao ampliar o leque das desonerações para todos os bens, não só sobre os industrializados, a Lei Kandir provocou alterações significativas na forma de comercialização de alguns complexos econômicos.

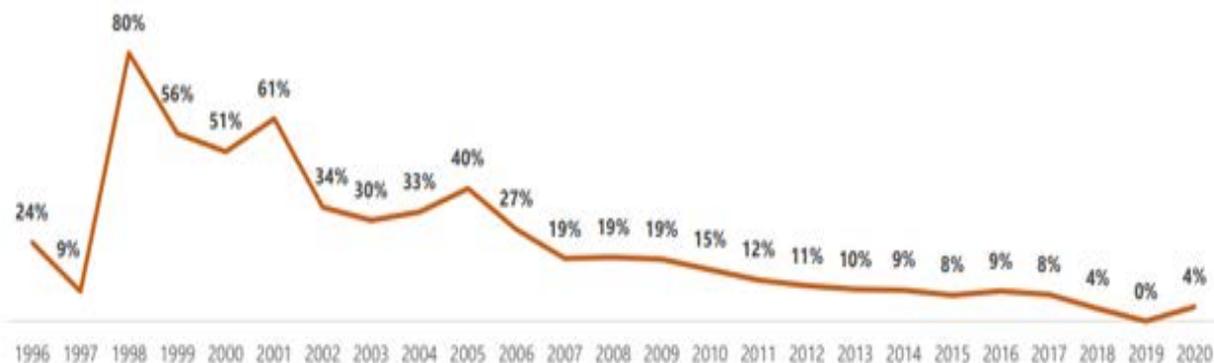
Por exemplo, a soja teve a exportação em grão estimulada, transferindo a mão-de-obra da indústria de transformação

para o exterior. Isso acarretou aos estados brasileiros uma perda de receita tributária.

O Rio Grande do Sul, por sua característica econômica exportadora, sofreu uma perda mais significativa. A tributação que defendemos é somente nos produtos primários, não podemos ser meros exportadores de commodities.

Considerando valores reais (atualizados pelo IGP-DI), o montante atinge R\$ 115,8 bilhões. Só no último exercício (2020), o valor líquido perdido é de R\$ 6,1 bilhões. O percentual de compensação médio de todo o período é de 13,1%, ou seja, menos de um oitavo das perdas brutas.

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RESSARCIMENTO DA UNIÃO NAS PERDAS DE ICMS COM A LEI KANDIR



ANO	PERDAS BRUTAS	COMPENSAÇÃO	PERDAS LÍQUIDAS
1996	1.516.066.527	357.646.117	1.158.420.410
1997	3.476.902.687	310.404.283	3.166.498.404
1998	3.824.964.641	3.074.925.466	750.039.175
1999	4.045.622.600	2.275.209.924	1.770.412.676
2000	4.420.777.241	2.247.357.346	2.173.419.895
2001	3.102.889.698	1.884.834.302	1.218.055.396
2002	5.368.697.542	1.832.668.194	3.536.029.348
2003	5.300.935.035	1.601.824.877	3.699.110.158
2004	4.299.674.312	1.405.778.799	2.893.895.512
2005	3.671.826.684	1.460.104.090	2.211.722.594
2006	4.634.665.292	1.273.318.760	3.361.346.532
2007	5.781.199.277	1.086.884.340	4.694.314.937
2008	6.078.327.052	1.165.289.960	4.913.037.092
2009	5.400.045.296	1.002.782.439	4.397.262.857
2010	5.798.710.722	894.872.680	4.903.838.042
2011	6.563.442.667	808.032.553	5.755.410.114
2012	6.719.145.903	713.383.960	6.005.761.943
2013	7.526.755.166	718.716.777	6.808.038.390
2014	7.372.026.242	683.923.495	6.688.102.747
2015	8.751.835.962	682.892.754	8.068.943.208
2016	6.855.034.843	620.534.943	6.234.499.900
2017	7.962.238.889	632.488.729	7.329.750.160
2018	7.912.143.121	300.952.838	7.611.190.283
2019	8.463.086.986	0	8.463.086.986
2020	8.350.252.547	361.206.242	7.989.046.305
TOTAL	143.197.266.931	27.396.033.869	115.801.233.062

Valores atualizados pelo IGP-DI em Reais (R\$). Fonte dos dados brutos: RECEITA ESTADUAL e COTEPE/CONFAZ.

As desonerações aos produtos primários são o oposto de uma política econômica que vise valorizar bens produzidos no Brasil, acelera o esgotamento de matérias-primas estratégicas e deixa de gerar receitas públicas.

Os incentivos às exportações sobre produtos em que o Brasil tem grande vantagem comparativa transferem receita e empregos para o exterior. Veja no gráfico o

que ocorreu no período de vigência da Lei Kandir.

O Brasil, que tinha uma relação de 20% de grãos para 80% de produtos processados, durante os últimos vinte anos de vigência da Lei Kandir passou para uma relação de 60% de grãos para 40% de produtos processados.

Evolução das Exportações x Processamento – em %
Brasil



Apêndice B - Desonerações fiscais

Segundo nota técnica da Receita Estadual, as desonerações fiscais giram em torno de R\$ R\$ 9,3 bilhões (2020) por ano. É preciso uma auditoria estratégica para analisar quanto o Estado deixou de arrecadar, quais empresas foram beneficiadas, quantos empregos foram gerados.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento denomina essas renúncias fiscais de “gasto invisível”, boa parte delas são protegidas por sigilo fiscal e as empresas que usufruem as mesmas não são submetidas a um processo de monitoramento e fiscalização para a avaliação do real impacto que elas têm na economia.

Há uma parte importante dessas desonerações fiscais nos quais o estado gaúcho tem ingerência, já que correspondem a renúncias com base em legislação estadual. É o caso dos créditos presumidos. Em 2015, esse segmento das desonerações foi de R\$ 2,51 bilhões, em 2017 de R\$ 2,63 bilhões em 2018 de R\$ 3

bilhões, em 2019 R\$ 3,12 Bilhões e em 2020, R\$ 3,8 bilhões.

Tabela 10: HISTÓRICO DAS ESTIMATIVAS DAS DESONERAÇÕES DOS IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD)

ANO	ARRECADAÇÃO (R\$)	DESONERAÇÃO (R\$)	TOTAL POTENCIAL (R\$)	DESONERAÇÃO TOTAL POTENCIAL
2010	19.675.908.489	4.866.730.945	24.542.639.434	19,8%
2011	21.432.444.652	5.775.824.191	27.208.268.844	21,2%
2012	23.515.138.746	6.280.607.392	29.795.746.138	21,1%
2013	26.461.496.078	7.298.797.156	33.760.293.234	21,6%
2014	28.422.996.069	8.264.287.883	36.687.283.952	22,5%
2015	30.184.584.382	8.211.016.295	38.395.600.677	21,4%
2016	33.343.159.009	8.917.958.617	42.261.117.627	21,1%
2017	34.955.856.142	8.862.423.575	43.818.279.717	20,2%
2018	38.176.139.946	9.624.101.928	47.800.241.874	20,1%
2019	39.838.274.476	10.153.832.146	49.992.106.622	20,3%
2020	40.186.840.497	9.337.266.777	49.524.107.275	18,9%

Em junho de 2020 o governo do Estado apresentou o estudo “UMA ANÁLISE ECONÔMICA DOS INCENTIVOS - ICMS” que comprova as denúncias relativas a ineficácia das desonerações fiscais no desenvolvimento do RS feitas pelo PSOL no decorrer dos últimos anos. Abaixo algumas conclusões relacionadas no estudo:

“Simulações com base na matriz de insumo-produto da economia gaúcha mostra que raramente os benefícios fiscais ‘se pagam’, no sentido de gerarem um efeito multiplicador que produza um ganho de arrecadação que se aproxime do seu custo.”

“Setores beneficiados precisariam crescer a ritmo chinês para produzir um retorno de arrecadação equivalente ao benefício fiscal recebido.”

“A análise realizada também mostra que a redução da arrecadação de ICMS em decorrência da ampliação dos benefícios fiscais foi compensada pelo aumento da carga tributária sobre os setores submetidos à tributação no destino, as chamadas blue-chips (combustíveis, energia e comunicações), que hoje respondem por um terço da receita do imposto. Ou seja, no longo prazo, a arrecadação de ICMS não caiu em decorrência da guerra fiscal, mas teve sua composição profundamente alterada e descolada do valor adicionado da economia.

Enquanto as blue-chips são tributadas a uma alíquota média próxima de 25%, muitos setores econômicos têm sua carga tributária efetiva reduzida para patamares inferiores a 10% e, em alguns casos, bastante próximos de zero (como a cadeia da agroindústria, desde os fabricantes de fertilizantes à indústria de alimentos). Isso se explica tanto pelas alíquotas mais baixas aplicadas sobre esses setores, quanto pelos diferentes tipos de incentivo fiscal.”

Mesmo amparado por estudo do próprio governo da ineficácia das desonerações fiscais, Eduardo Leite propôs na Reforma Tributária uma redução pífia, que era apenas o mínimo exigido pelo Tesouro Nacional para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Os benefícios atualmente concedidos não contribuem para reduzir a regressividade do ICMS. Ao contrário, boa parte deles desonera o consumo de faixas de renda mais alta.

propostas

Revogar Regime de Recuperação Fiscal

A sociedade deve ser mobilizada a respeito de todas as decisões de alta relevância para o Estado.

O contrato celebrado com a União pelo governo Britto, em 1998, foi extremamente danoso ao Estado. Segundo dados da SEFAZ-RS, a dívida do RS custava algo como 8% da receita, no período de 1991 a 1997. No período seguinte, ela passou a custar mais de 16% da nossa receita.

O Estado do Rio Grande do Sul abriu mão de sua autonomia em favor da União, que nos empurrou goela abaixo um contrato cujo custo passou a ser mais que o dobro da nossa dívida original.

Não aceitamos a adesão ao RRF, que prorroga o pagamento da dívida até 2048. Vamos suspender o acordo imediatamente e barrar qualquer novo repasse à União que seja relacionado a essa falsa dívida.

Revogação da lei do teto de gastos estaduais

A exemplo da lei federal do teto de gastos, que drenou recursos da saúde, da educação e de outras áreas essenciais dos serviços públicos, é necessário que o governo reveja essa lei, que foi criada como um pré-requisito para a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

Antes de aprovar leis como a do teto de gastos, e outras propostas que inviabilizam os serviços públicos, precisamos debater os repasses da Lei Kandir e a dívida pública do Rio Grande do Sul com a União. Somos credores da União, não mais devedores.

O Governador deve encarar com altivez essas pautas, deixando de ter um papel de submissão diante do poder central. Não há hierarquia entre os entes federados. Por isso, defendemos a auditoria transparente da dívida, o rechaço ao RRF e a revogação das leis que o orbitam.

Revisar desonerações fiscais

Recuperar parte do potencial fiscal do RS por meio da revisão, reajuste e eventual cancelamento das desonerações atuais, com base numa análise que priorize a geração de empregos e desenvolvimento real.

Pretende-se, igualmente, equilibrar as modalidades de incentivos, os quais atualmente privilegiam determinados setores econômicos, como o voltado à agroexportação.

Lutar pelo fim da desoneração sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação

Junto à bancada federal, defender a revogação das desonerações relativas às exportações de produtos primários e semielaborados - que somaram R\$ 6,1 bilhões (ano 2020), o quais devem ser convertidos em investimentos para o RS.

Propor a auditoria dos contratos da dívida pública

Reverter tais contratos a uma justeza, abrangendo o devido recálculo das parcelas de amortização desde a assinatura; concomitantemente é necessário 1) proibição da cobrança de juros;

junto à União

2) realizar auditoria Cidadã das dívidas públicas do Estado RS e da União (art. 26 do ADCT, da CF/88) e 3) Gestionar junto aos parlamentares federais pela celeridade na votação do PLS nº 561/2015, de autoria dos três senadores gaúchos, que prevê o expurgo dos juros e a adoção do IPCA nos contratos de dívida com a União, desde o início.

**Combater a
volumosa
sonegação fiscal
por meio de
fiscalização
ostensiva no
trânsito de
mercadorias**

Em estimativa do sindicato dos técnicos tributários (AFOCEFE), a evasão fiscal no Rio Grande do Sul está por volta de R\$ 10 Bilhões/ano. Segundo o sindicato, a predominância dos investimentos de infraestrutura para a auditoria fiscal virtual, e o desmonte de equipamentos para a fiscalização ostensiva são os principais fatores que impedem a redução desse altíssimo nível de sonegação.

Conforme cálculo do Sonegômetro RS – painel eletrônico que registra, em tempo real, a evasão fiscal nacional e a sonegação de ICMS, o Rio Grande do Sul deixou de arrecadar R\$ 10,6 bilhões em impostos em 2021.

**Promover
políticas de
geração de
emprego, trabalho
e renda que
combatam as
desigualdades de
gênero e
preconceito
étnico-racial no
mercado de
trabalho.**

Priorizar a indicação de mulheres, principalmente negras, nas vagas oferecidas pelo SINE; criar campanha de comunicação ressaltando vantagens na contratação de mulheres a partir de dados de desempenho; viabilizar programas de certificação às empresas comprometidas com a inclusão e diversidade em seu quadro de funcionários; criar linhas de crédito específicas às mulheres que empreenderem, principalmente (ou exclusivamente) voltados a MEI, ME, EPP e outras formatos de trabalho associado.

**Criar programa de
renda mínima no
Estado**

Conforme proposta já apresentada na abertura do programa.

**Fomentar a
auto-organização
das/os
trabalhadoras/es
tendo como foco
a geração de
trabalho e renda**

Observando as vocações econômicas de cada região, com uma visão de integração regional e transversalidade estadual, criar programa de qualificação, acompanhamento/assessorias às iniciativas, nas áreas de gestão, produção e comercialização – contando com a infraestrutura do Estado – bem como viabilizar a cedência de crédito subsidiado e/ou recursos não reembolsáveis, através das instituições financeiras de responsabilidade do Estado, ficando os fundos constituídos para tal sob a gestão da Agência de Fomento. Além de aportes públicos estaduais, os fundos poderão contar com parcerias interinstitucionais.

**Desenvolver e/ou
aplicar
tecnologias
redutoras de
custos de
produção e de
impacto
sócio-ambiental**

Promover intersecções entre a geração de emprego, trabalho e renda com as pautas ambientais, como por exemplo, produção e utilização placas solares e outros meios para ampliação do uso de energias renováveis na produção e circulação. Serão utilizadas as capacidades de investimento do Estado, parcerias com as Universidades e demais centros de pesquisa, prioritariamente públicos, existentes no RS. Terão prioridade ao acesso as tecnologias desenvolvidas e apropriadas, as iniciativas de trabalho integradas por trabalhadores/as autorganizados/as, MEIs, ME, EPPs, assim como, micro-produtores rurais, sejam eles pecuaristas ou agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, produtores orgânicos ou agroecológicos.

**Promover a
valorização real
do salário mínimo
regional**

Viabilizar ajustes que reponham a inflação - promovendo o justo retorno aos trabalhadores pela sua contribuição para o crescimento do PIB - e que, adicionalmente, atuem no sentido de elevar a participação dos salários na renda total da economia gaúcha.

**Promover a
transparência das
contas públicas**

Revisar e implementar metodologias mais claras de registro e demonstração dos gastos e receitas públicas, proporcionando informes de fácil acesso, disponibilizando, por exemplo, os dados e relatórios por ação e programa (em vez de por setor). Criar, também, um conselho ativo de transparência com a participação da sociedade civil.

**Alocar
estrategicamente
os recursos**

Acompanhar e atuar ante as variações dos ciclos econômicos, alavancado setores estratégicos na alta do ciclo, e dando sustentação ao investimento e o emprego na baixa do ciclo.

**Financiar a
infraestrutura**

Promover e implantar o financiamento sustentado da infraestrutura, por meio de manutenção de um patamar de alocação para investimentos em infraestrutura ao longo do tempo, independentemente do ciclo econômico.

**Financiar a
Inovação e a
Tecnologia**

Estabelecer uma visão de futuro no financiamento da inovação e da tecnologia, por meio de posicionamento sobre segmentos e atividades chave, tecnologias multipropósito e com potencial disjuntivo; colaborando nas definições sobre desenvolvimento tecnológico, para além do próprio financiamento.

**Promover a
inclusão
financeira**

Aumentar a igualdade de oportunidades de acesso à serviços financeiros para a população de baixa renda e segmentos específicos, como pequenas empresas, empresas de tecnologia, e produtores rurais.

**Ter política de
crédito voltada à
redução das
desigualdades
regionais**

Desenvolver e aplicar diretrizes (de alocação de crédito) que apontem no sentido da minimização das desigualdades regionais e que atuem positivamente na integração territorial, resultando no desenvolvimento e potencialização de vantagens locais.

**Criar mecanismos
de fomento das
finanças solidárias**

Apoio técnico e financeiro às iniciativas populares relativas as finanças solidárias, tais como a criação de moedas sociais, bancos comunitários, sistema de trocas solidárias e outros mecanismos que visem a dinamização da economia social.

Implementar programas de desenvolvimento e apropriação de tecnologias que reduzam os custos de produção e que ampliem o uso de energias renováveis

Promover intersecções entre a geração de emprego, trabalho e renda com as pautas ambientais, como, por exemplo, a produção e utilização placas solares.

Serão utilizadas as capacidades de investimento do Estado, parcerias com as universidades e demais centros de pesquisa, prioritariamente públicos, existentes no RS.

Terão prioridade as tecnologias desenvolvidas e apropriadas por trabalhadores auto-organizados, MEIs, ME, EPPs, microprodutores rurais, ribeirinhos, quilombolas e produtores orgânicos ou agroecológicos.

Potencializar uma transição para um sistema de produção agroecológica

Otimizar o potencial produtivo de pequena escala/familiar, com foco na produção orgânica, por meio do direcionamento das demandas e necessidade de consumo do próprio Estado (escolas, assistência social) e da abertura de canais comerciais aos mercados internacionais, consolidando novas parcerias comerciais e gerando impacto ambiental positivo.

EDUCAÇÃO

Quando o tema é a educação gaúcha, deve-se iniciar registrando o óbvio. A rede pública deve seguir a lei, o que implica obediência às orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Plano Nacional de Educação, e, claro, às normas exaradas pelo Conselho de Educação.

O óbvio precisa ser dito, pois sucessivos governos têm implementado políticas que ignoram os avanços duramente inscritos na legislação nacional. Além de não pagarem o Piso Salarial Nacional da categoria e o 1/3 de hora-atividade, (Lei nº 11.738/2008), retiraram conquistas históricas, como o plano de carreira do magistério (Lei nº 15.451/2020) e a gestão democrática da escola pública (Lei nº 10.576/1995).

Nesse processo, as escolas foram perdendo sua autonomia e hoje convivem com um lamentável gerencialismo pactuado. As eleições das direções e dos conselhos escolares pela comunidade acontecem sem disputa de projetos, usualmente reduzidos a pleitos de chapas únicas marcados pela falta de pessoal concursado e pela necessidade de evitar a intervenção externa.

Seguindo essa linha, em vez de promover concursos para cargos efetivos, os sucessivos governos têm priorizado as contratações precárias, que hoje chegam a 19.980 entre professores e funcionários. Como se isso não bastasse, há a falácia do reajuste salarial desses profissionais. Após 7 anos sem nenhuma reposição, o “reajuste” não só deixou de contemplar a todos, como também ignorou os que ainda recebem o piso de R\$ 620,00 com completo - para não ficarem abaixo do piso regional.

Os inativos também estão em situação muito difícil. A maioria pagou a "reposição" com o seu próprio salário. Ou melhor, pagou com os triênios acumulados em uma vida inteira de trabalho, os quais foram transformados, na reforma administrativa, em parcela de irredutibilidade. Para completar, voltaram a contribuir para a previdência com valores que vão de 7,5% até 22% de seus proventos.

Soma-se a esse cenário a falta grave de investimento nas escolas, também por sucessivos governos, que faz com que muitas sequer tenham estrutura física adequada, segurança mínima ou os recursos didático-pedagógicos necessários. Em alguns casos, os alunos ocupam salas com goteiras, vidros quebrados e sem energia elétrica. Essa ausência de atenção devida estende-se, ainda, às condições de acesso e permanência dos alunos, o que inclui o transporte escolar, a conexão à internet e o acesso a equipamentos para ensino remoto.

A situação crítica da UERGS também é reflexo direto desse descompromisso dos governos com a educação. Desde a sua criação, continua sem manutenção, sem

repasso de verbas, sem reajuste salarial e, principalmente, sem reconhecimento da sua importância - inclusive para a formação continuada dos professores e professoras da rede pública.

Aliás, cabe observar que o atual governo do Estado se utiliza de instituições privadas para a formação continuada em serviço, deixando de lado a UERGS e as demais instituições federais do estado.

Ainda no quadro geral dos últimos anos, vimos avançar a municipalização e a flexibilização da relação público-privado. Abriam-se as portas das escolas para a contratação de empresas privadas prestadoras de serviços educacionais.

Enquanto isso, em nome da redução de custos, escolas, turmas e turnos foram fechados em diversas regiões, obrigando estudantes a se deslocarem para unidades distantes de suas comunidades. Um movimento drástico que, somado à precariedade do transporte escolar, provoca o aumento da evasão escolar e das reprovações.

Por fim, cabe menção especial ao novo ensino médio, que nega os princípios

que deveriam reger essa etapa, ao passo que traz uma matriz curricular extremamente danosa para os filhos da classe trabalhadora. Professores de Educação Física, Artes, Filosofia, Sociologia, Biologia, Química e Física veem suas jornadas duramente reduzidas.

Na nova formatação, os alunos terão apenas 60% de seu tempo destinado à formação geral básica (1800 horas), em cujo cerne está o processo de construção do

senso crítico, fundamental à autonomização dos sujeitos. Por outro lado, nas 1200 horas restantes, haverá o acréscimo de disciplinas incapazes de dar base técnica ou teórica. Muitos dos "itinerários" que compõem esta seção sequer têm um currículo definido, o que abre as portas não só para a precarização, como também para a terceirização por meio de projetos voltados ao interesse privado.

propostas

**Reestruturar Plano de
Carreira do
Magistério Estadual**

Revogar o plano de carreira imposto por Eduardo Leite ao magistério e abrir debate com o CPERS/Sindicato para estabelecer um novo plano que atenda os princípios de progressão e valorização necessários.

**Ampliar
progressivamente a
jornada pedagógica
escolar**

Oferta de projetos lúdico-pedagógicos no contraturno e aproveitando a contribuição acadêmica regional.

**Suspender a
implementação do
novo ensino médio**

Garantia de ensino de qualidade, contemplando as diversas disciplinas necessárias à formação básica.

**Respeitar o currículo
e a avaliação como
processo coletivo**

A construção dos projetos pedagógicos deve respeitar a autonomia escolar prevista na gestão democrática, de forma a não basear o currículo apenas nos conteúdos e habilidades determinados pela Base Nacional Comum Curricular e nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

**Valorizar e reforçar as
escolas técnicas da
rede pública**

Dar as condições necessárias para o funcionamento das escolas técnicas da rede pública.

**Incentivar o acesso e
permanência dos
alunos nos NEEJAs**

Fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos para alunos que, por idade, etnia ou localidade, não tiveram acesso ao conhecimento, assim como as escolas indígenas, escolas do campo e quilombolas.

Manter os NEEJAs existentes e ampliar a oferta

Verificação nos bairros de periferia e regiões onde houver necessidade de mais escolas.

Incentivar a formação continuada dos professores

Oferecimento da prática para todos os níveis da pós-graduação.

Fortalecer a gestão democrática da escola

Fortalecimento por meio da participação da comunidade na elaboração das ferramentas de gestão, que são o Projeto Político-Pedagógico, o regimento escolar, o currículo da escola e o plano de gestão da escola, apresentado pelos profissionais da educação durante o processo de eleição da direção da escola.

Estimular a participação da sociedade civil organizada e/ou dos servidores nos conselhos de fiscalização e gestão (tais como o FUNDEB, o Conselho Estadual de Educação, o Conselho da Alimentação Escolar e os conselhos do IPERGS).

Elaborar projetos de curto e médio prazo para recuperação física dos prédios escolares

Instituição de programa visando a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza inscritos em dívida ativa, firmando convênios com contribuintes insolventes para prestação de serviços e para adjudicação de bens, de materiais, de produtos e insumos da construção civil.

Recompôr o quadro de servidores(as) da educação

Promover concurso público para os cargos de psicólogo escolar, assistente social, bibliotecário escolar, porteiro, servente, merendeiro e serviços gerais.

**Garantir a
permanência dos
estudantes no ensino
noturno**

Ação do estado para oferecer segurança no entorno dessas escolas e serviço de linhas de transporte coletivo.

**Articular linhas de
pesquisa da UERGS,
em um Programa
Estadual de práticas
preservacionistas e
agroecológicas**

Apoiar programas e projetos voltados para o fornecimento de bolsas de pesquisa para jovens oriundos da pecuária e agricultura familiar de perfil conservacionistas, nas regiões dos biomas pampa e mata atlântica, com ênfase na agroecologia e agricultura orgânica.

Articular as linhas de pesquisa e extensão já existentes, que sejam voltadas para a produção agroecológica, orgânica e de práticas preservacionistas dos biomas pampa e mata atlântica, em um Programa a ser estimulado e disponibilizado em todo o Estado.

JUVENTUDE

A crise econômica brasileira, alimentada pelas políticas excludentes dos governos Bolsonaro e Leite, atingiu em cheio os jovens. De acordo com dados da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), do início de 2022, jovens de 18 a 24 anos representam 18,4% dos desempregados.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, baseada em pesquisa do IBGE, de 2018, o percentual de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos fora da escola era de 11% no Rio Grande do Sul. Gaúchos com idade entre 14 e 29 anos sem estudar e trabalhar eram 16,3%.

A pandemia foi outro agravante. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise afetou jovens com mais rapidez e força do que outros grupos, deixando um em cada seis jovens na inatividade no mundo.

A formulação de políticas públicas deve levar em consideração as condições precárias de acesso ao trabalho, a violência e a pobreza para enfrentar o tema da exclusão dos jovens, em especial dos jovens negros e de periferia.

Como exemplo de ação, é necessário intensificar o oferecimento de cursos técnicos e acesso à tecnologia, tendo em vista que a área de TI tende a oferecer melhores oportunidades tanto em termos de oferta de vagas quanto em termos de salário.

Por fim, levantamento do TRE mostra que jovens entre 16 e 17 anos são o grupo do eleitorado do Rio Grande do Sul que mais cresceu, evidenciando o interesse na participação na política, o que torna mais necessário pensar em programas que envolvam sua participação.

propostas

- Criar uma secretaria específica para a Juventude, desvinculando-a da Secretaria de Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social, que abriga, no atual Governo do Estado, o Departamento de Políticas para a Juventude
- Desenvolver mecanismos de consulta à juventude para elaboração de políticas públicas observando a diversidade dos jovens em cada região do estado
- Desenvolver projetos culturais e artísticos nas escolas estaduais por meio da música, teatro, dança, artes visuais dentro do currículo ou no contraturno
- Abrir as escolas estaduais nos finais de semana para eventos esportivos e culturais abertos à comunidade
- Promover a formação de equipes esportivas nas escolas estaduais visando à inclusão e integração de jovens, principalmente dos que vivem em bairros com altos índices de violência
- Oferecer acolhimento especial e abrigo para jovens em situação de vulnerabilidade social
- Desenvolver uma política de inclusão no mercado de trabalho, oferecendo formação de acordo com as características de sua região no estado
- Formar cursos pré-vestibulares para a preparação de jovens de baixa renda ao ingresso no ensino superior
- Promover cursos para acesso de jovens de baixa renda às tecnologias da informação com cursos de introdução e qualificação, além do acesso a equipamentos
- Promover seminários nas escolas para discussão sobre combate ao racismo, à LGTBfobia e à violência de gênero, e para minimização de riscos à saúde ligados às DST/ISTs, gravidez precoce e ao consumo de drogas e álcool

- Organizar o Congresso Democrático das Juventudes em parceria com grêmios estudantis e outras ferramentas de organização e representação dos jovens para efetivar a auto-organização e participação no governo
- Garantir o acesso da juventude à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e a todos os espaços através de um Plano Estadual para a Juventude

LGBTI+

No último período, a luta da população LGBTI+ no Brasil e no Rio Grande do Sul vem sendo reativa: a resistência ao programa reacionário do governo Bolsonaro e ao crescimento da extrema direita no país. Historicamente, as pautas LGBTI+ têm sido usadas de forma moralista pela direita, que é responsável por espalhar notícias falsas a respeito desta comunidade, de suas vivências e de suas lutas, e de propagar uma campanha de ódio e de violência contra as vidas e os corpos de pessoas com orientação sexual ou identidade de gênero que não contemplem a norma cisgênera e heterossexual.

Ao mesmo tempo, a experiência das LGBTI+ com os governos do PT demonstrou que os direitos dessa população são facilmente rifados em troca de apoio de uma base conservadora no Congresso Nacional.

Neste sentido, o plano de governo do PSOL-RS se baseia em uma política ativa para as LGBTI+, em que a reação aos retrocessos dê lugar ao avanço nas conquistas. Nosso programa não admite qualquer concessão de direitos LGBTI+ em nome de apoio parlamentar dos setores reacionários.

O PSOL tem um histórico de compromisso com a luta LGBTI+, sendo aliado de primeira hora dessa comunidade. Seus mandatos no país inteiro atuam em defesa da diversidade sexual e de gênero e contra o preconceito e a intolerância. Somos o partido que pautou, pela primeira vez, este tema em um debate presidencial, em 2014, com a candidatura de Luciana Genro. Temos em nossas fileiras milhares de LGBTI+ filiadas e filiados, muitas das quais são dirigentes, figuras públicas e parlamentares.

O nosso programa de governo partiu do acúmulo que já foi desenvolvido pelo PSOL na luta LGBTI+, com as contribuições apresentadas por militantes e apoiadores e o trabalho feito pela Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBTI+ criada e presidida pela deputada Luciana Genro na Assembleia Legislativa.

O eixo do programa é uma política transversal para a população LGBTI+ em todas as áreas do governo, pois as LGBTI+

estão nas escolas, na luta por moradia digna, nas forças de segurança - tanto como policiais, quanto como cidadãos que buscam auxílio após sofrer agressões -, na saúde pública e em todos os ramos do poder público. Além das políticas transversais, buscamos destinação orçamentária e equipes para as políticas públicas LGBTI+ e estrutura de estado capaz de ter autoridade, autonomia e trânsito no governo para centralizar estas pautas.

propostas

Criar uma secretaria de Direitos LGBTs

Uma pasta específica com estrutura e orçamento próprios garante maior autonomia e trânsito no governo para implementar as políticas públicas e coordenar a transversalidade com os demais órgãos para atuar em apoio e fortalecimento aos movimentos sociais LGBTI+, com assento em Conselhos Estaduais de áreas como Educação, Cultura e Saúde.

Vincular o Conselho Estadual de Direitos LGBTI+ a esta nova Secretaria

O Conselho deverá ter autonomia para propor políticas, fiscalizar e cobrar o governo, e estrutura para atuar em todo o estado, tendo seus membros eleitos através de um processo democrático envolvendo os movimentos sociais.

Instituir grupo técnico de apoio a criação de conselhos municipais de promoção dos direitos LGBTI+

Formar grupos de trabalho com servidores da Secretaria do estado e membros do Conselho estadual para apoio logístico e técnico para formação de conselhos municipais.

Criar campanhas publicitárias voltadas à garantia de direitos LGBTI+

Estabelecer, em conjunto com a Secretaria de Comunicação, campanhas destinadas à informação sobre os serviços para esta população e de canais de denúncia de violência, agressões e preconceito.

Criar um fundo de fomento a políticas públicas para a população LGBTI+ e de combate à LGBTfobia

Fazer editais voltados à instituições de interesse público e universidades para financiamento de ações contra a discriminação e desenvolvimento de pesquisas sobre a população LGBTI+, cuja execução das verbas seja fiscalizada, também, pelo Conselho de Promoção dos Direitos LGBTs, com possibilidade de destinação de uma parte destes recursos para o apoio à realização das paradas do orgulho LGBTI+ no Rio Grande do Sul.

Institucionalizar uma política integral de assistência à saúde da população LGBTI+

Promover a inclusão da comunidade LGBTQ+ no Plano Estadual de Saúde junto à Secretaria Estadual de Saúde, com acompanhamento e participação da Secretaria Estadual de Direitos LGBTI+, com formação em temas ligados à diversidade sexual e de gênero aos servidores públicos da saúde.

Incluir no Plano Plurianual a previsão orçamentária para garantir o funcionamento dos ambulatórios trans já existentes no Estado. Consolidar ou ampliar suas equipes, bem como possibilitar a abertura de novos ambulatórios, especialmente em cidades acima de 150 mil habitantes.

Criar linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais e homens trans

Estabelecer o enfrentamento à violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans nas unidades de saúde.

Estabelecer plano de metas para redução de mortalidade por HIV/Aids e coinfeções

Adotar uma ampla política de divulgação e acesso para população LGBTI+ de PrEP e PEP no combate à epidemia de HIV/Aids.

Oferecer serviço de saúde mental público, específico para a comunidade LGBTI+

Nas unidades de Saúde, capacitar profissionais da área de Psicologia para o atendimento ao público específico.

Prevenir o bullying e a violência LGBTfóbica

Formar comissões com docentes e discentes para prevenção e tratativa dos casos de violências, com educação permanente e política de sensibilização para os direitos humanos.

Garantir o reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual dos alunos da rede pública

Discutir junto à Seduc a ampliação do acolhimento a todas as formas de família, não apenas aquelas constituídas por um pai e uma mãe heterossexuais e cisgêneros. Nesse sentido, é importante trabalhar nas escolas o conceito de que Dia dos Pais e Dia das Mães podem englobar, também, um dia de celebrar todas as formas de família.

Capacitar os municípios para que possam fazer o mesmo nas redes municipais.

Cumprir a Lei Federal n.º 13.935/2019

A Lei determina a presença de profissionais da psicologia e do serviço social nas redes públicas de educação básica para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação por meio de equipes multiprofissionais.

Facilitar a mudança de nome social

Propor isenção de taxas para retificação de nome de pessoas trans nos cartórios.

Criar um programa de atenção integral à população LGBTI+ idosa

Inserir esse público específico dentro de cada política adotada pelo estado.

Promover a ampliação do acesso da população trans e travesti a abrigos, saúde e oportunidades de emprego

Criar uma plataforma virtual, para mapear os serviços básicos e disseminar informações destinadas a esse grupo. Assim tendo a missão de difundir informações e ampliar o acesso das pessoas trans e travestis a abrigos, saúde e oportunidades de emprego.

Estender as licenças à gestante, à adotante e à paternidade aos casais homoafetivos

Alterar o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

Orientar os profissionais da segurança pública para o respeito à diversidade sexual e de gênero

Cursos de formação para os agentes com orientações para o entendimento dos direitos e o atendimento adequado à população LGBTI+.

Garantir o direito das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade no sistema prisional

Criação de portaria que regulamenta, no âmbito do sistema prisional, esses direitos, e assegure os tratamentos necessários à saúde

Garantir um mapeamento, por parte da SSP, dos casos de violência/homicídios por motivação LGBTfóbica

Levantamento frequente com pesquisas na área e publicação das informações.

Criar um canal de denúncias de agressão e um Observatório da Violência Contra a População LGBTI+

Estabelecimento de um sistema de denúncia pública de agressões contra LGBTI+, a exemplo do canal de denúncias de violência contra a mulher existente na Rede Lilás, e pesquisas para coletar dados dos números e tipos de violência cometidas.

Aumentar o número de servidores trans

Além de uma política de formação a todos os funcionários públicos em temas relacionados ao respeito à diversidade sexual e de gênero, é preciso ampliar a recém-inaugurada política de cotas a pessoas trans em concursos e estimular que municípios reproduzam a mesma política.

Garantir banheiros unissex nas repartições públicas

Manter os banheiros masculinos e femininos e construir o unissex.

**Acolher e fazer
acompanhamento
multidisciplinar
de pessoas
LGBTI+ vítimas de
violência**

Criar Centros de Referência LGBTI+ no Estado, trabalhando em rede e articulação com os demais equipamentos estatais de proteção, a exemplo do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia – CCH (São Paulo, Decreto no 52.652, de 16 de setembro de 2011).

**Oferecer
acolhimento para
abrigo provisório**

Criação de casas de acolhimento para LGBTI+ expulsos de casa e vítimas de violência, de modo a garantir sua integridade física e emocional, bem como realizar diagnóstico da sua situação para encaminhamentos necessários, trabalhando em rede e articulação com os demais equipamentos estatais de proteção.

**Criar vagas de
trabalho a
candidatas e
candidatos
transexuais e
travestis**

Exigir postos de trabalho como contrapartida das empresas privadas que recebam incentivos fiscais no Rio Grande do Sul.

**Promover a
Reinserção Social
Transcidadania**

Estabelecimento e implementação, nas esferas estadual e municipal, de programa de promoção dos direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos.

**Facilitar o trânsito
de pessoas em
tratamento de
HIV/Aids dentro
do Estado**

Concessão de isenção do valor de passagens rodoviárias intermunicipais, no Estado, para pessoas em tratamento de HIV/Aids.

MORADIA E SANEAMENTO

Dos 4,2 milhões de domicílios do Rio Grande do Sul, 37,1% - ou quase 1,6 milhão - são considerados impróprios ou sem acesso completo à infraestrutura. Eles são considerados assim devido a inadequações como acabamento externo, ausência de banheiro com chuveiro e vaso sanitário, número excessivo de moradores, por estarem em casas de cômodos, cortiços ou em unidades multifamiliares precárias ou, ainda, por não terem acesso a pelo menos um dos serviços básicos de utilidade pública (coleta de esgoto, rede de distribuição de água, coleta de lixo e energia elétrica).

Os dados fazem parte do relatório “Condições de habitação do Rio Grande do Sul”, relativo a 2017). O documento foi elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE.

O percentual de domicílios impróprios no Estado está em linha com a média nacional, que é de 37,4%, e deve-se principalmente à falta de acesso a serviços básicos, que atinge 35,1% dos domicílios gaúchos, com ou sem inadequações.

O maior problema é a falta da coleta de esgotos, verificada em 33,3% dos domicílios do Estado, seguido da ausência de rede de distribuição de água (11,3%), da inexistência de coleta de lixo (5,1%) e da falta de energia elétrica (0,1%).

Entre os 20% mais pobres da população gaúcha, com renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 630, 48,8% moram em domicílios impróprios ou sem acesso completo à infraestrutura, de um total de 851,6 mil domicílios. Na faixa mais pobre da

população, 41,8% dos domicílios não têm coleta de esgoto, 15,6% não têm rede de distribuição de água, 9,5% não têm coleta de lixo e 0,11% não tem energia elétrica. A responsabilidade dos investimentos para resolução desses problemas é do poder público. A crise agravada pela pandemia não pode ser justificativa para que os gaúchos e as gaúchas vivam sob condições indignas.

Em meio aos diversos efeitos da pandemia da Covid-19 no cotidiano da sociedade, a falta de dados e estatísticas atualizadas sobre as condições de moradia da população do estado dificulta a formulação de políticas públicas que atendam a necessidade atual, a qual visualmente é extremamente diferente da que encontrávamos antes de 2020. Isto é um reflexo da extinção das fundações e setores governamentais de gestão territorial, como a Fundação de Economia de Estatísticas (FEE) e Metroplan.

O principal problema encontrado na área da habitação é o déficit habitacional. Para enfrentar este problema, faz-se necessária a formulação de um conjunto de políticas públicas que contemplem diferentes

setores da sociedade. Contudo, essa pauta sofre com a falta de investimentos em comunhão com a especulação imobiliária desenfreada, fruto da desregulamentação do solo urbano. Estima-se que o déficit habitacional do Estado seja de mais 300 mil unidades habitacionais, concentrado principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. O direito à moradia é consecutivamente desrespeitado pelos governos, que não apresentam políticas públicas capazes de resolver o problema.

Com a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida e a criação do Programa Casa Verde Amarela, sancionado em 2021, o foco da política habitacional foi transferido para a financeirização da moradia, empurrando um programa regado por altos juros para as populações vulnerabilizadas como a única alternativa de acesso à moradia regular. Após três anos de paralisia, em 2022 o programa anuncia a construção de apenas 2.450 unidades de moradias subsidiadas em todo o país. Até hoje, nenhuma destas foi entregue.

Embora a campanha Despejo Zero tenha dado resultados, pressionando o

Estado a suspender os despejos durante o período de pandemia, somente no Rio Grande do Sul, 50 mil pessoas estão ameaçadas de despejo. O prazo da ADPF 828 no Supremo Tribunal Federal, que proibiu as remoções durante a pandemia, chegou ao fim em 30 de junho, ampliando a insegurança destas famílias e escancarando a ausência de políticas públicas efetivas para tratar da política habitacional.

Em nosso governo, será prioridade a efetivação do direito à moradia, apoiando a regularização fundiária de ocupações e promovendo acesso a água e saneamento básico, assim como políticas públicas que permitam aos gaúchos e às gaúchas viver dignamente.

propostas

- Manter a CORSAN pública** Interromper o processo de privatização da CORSAN e vetar qualquer projeto que possa vir da assembleia legislativa que abra caminho para tal fim.
- Construir uma normativa para implementação da REURB nos municípios gaúchos** Construção de uma normativa técnica para direcionamentos da aplicação da REURB em território do estado, buscando direcionar os esforços dos municípios para as demandas latentes em seus territórios.
- Dar visibilidade aos territórios das comunidades de baixa renda por meio do endosso de uma regularização fundiária plena, com acesso à saneamento, saúde, educação, lazer e segurança.
- Criar um escritório de assistência técnica para assessorar os municípios na elaboração e atualização de seus planos diretores** Por meio da estrutura da Secretaria de Habitação, será constituído um grupo de trabalho de profissionais da área de Direito e Urbanismo para prestar apoio aos municípios de pequeno e médio porte na elaboração e implementação dos Planos Diretores destes lugares.
- Realizar diagnóstico de imóveis do estado em desuso com o intuito de criar um programa de adequação para moradias sociais** Proposta busca diagnosticar os imóveis em desuso do governo do estado por meio da secretaria de habitação. Esta ação é pensada em parceria com o CAU/RS e as Universidades, por meio de recursos próprios da secretaria.
- Criar Programa de Habitação de Interesse Social com imóveis em** Construir um plano de destinação desses imóveis para moradia de interesse social, com assistência técnica de profissionais como arquitetos, engenheiros e assistentes sociais para

desuso de propriedade do estado	adaptação de edifícios para moradia.
Atualizar o plano estadual de habitação de interesse social	Atualização do PEHIS, com participação de debates públicos organizados pela secretaria de habitação, IAB/RS, Frente de trabalho para construção de moradias populares, Gabinete de ATHIS e movimentos populares
Realizar o levantamento das ocupações irregulares em áreas do estado para fins de regularização fundiária	A proposta busca regularizar as ocupações que se encontram em áreas do governo do estado por meio da Secretaria de Habitação, em parceria com o CAU/RS, com recursos da União destinados à REURB.
Ampliar o acesso à água potável e saneamento nas ocupações em áreas do estado	Ampliar a parceria do programa Nenhuma Casa sem Banheiro, do CAU/RS junto a Secretaria de Habitação, construindo cozinhas, banheiros, lavanderias, caixas d'água e implementando o sistema de saneamento básico nestas comunidades.
Propor ao parlamento gaúcho a aplicação do Termo Territorial Coletivo em áreas de interesse imobiliário especulativo	Projeto de Lei para regularizar o TCC (Termo Territorial Coletivo) como forma de evitar a especulação imobiliária nos territórios regularizados. Esse modelo de organização local permite que moradores tenham a titulação individual de suas casas, ao mesmo tempo em que mantêm uma pessoa jurídica – criada e gerenciada por moradores – que tem a propriedade da terra.
Propor ao parlamento gaúcho lei que institui diretrizes para a produção de moradia por autogestão, criando o Plano de Fomento da Moradia por Autogestão	Projeto de Lei da produção de moradia por autogestão objetiva estimular o associativismo e o cooperativismo habitacionais, por meio da autogestão e da ajuda mútua entre associados, assegurando o protagonismo da população na solução dos seus problemas habitacionais, em consonância com as necessidades e os usos e costumes locais.

Elaborar estudos com o intuito de identificar e taxar os imóveis que não cumprem função social no estado

Por meio de estudos a serem realizados pela Secretaria de Habitação em parceria com a Secretaria da Fazenda, será elaborado um diagnóstico de identificação dos imóveis de propriedade privada que se encontram abandonados ou em desuso.

Com base nos estudos realizados, propor ao Parlamento Gaúcho projeto de taxação dos imóveis que não cumprem função social no estado.

Estabelecer um canal para diálogo e vazão das demandas dos movimentos de luta por moradia.

Por meio da estrutura da Secretaria de Habitação, será constituído um grupo de trabalho, em forma de conselho, com participação dos movimentos de luta pela moradia, com o objetivo de regularização das ocupações, construção de infraestrutura e redução do déficit habitacional no RS

Criar frentes de trabalho, em ações voltadas para a construção de moradias populares.

Por meio da estrutura da Secretaria de Habitação, será constituído uma frente de trabalho com participação do escritório estadual de assistência técnica, com o objetivo de construção e melhoria de moradias em especial, visando atender necessidades de moradia para mulheres chefe de família, de baixa renda, que são mães solo (em sua maioria, mulheres negras);

Ampliar o alcance do saneamento básico no estado

Desenvolver um plano de acesso universal à água e saneamento básico pela Secretaria de Obras Públicas junto aos técnicos da CORSAN, com objetivo a universalização dos serviços para todos os habitantes do estado, levando em conta as especificidades de cada região.

Desenvolver projeto de transição para saneamento ambiental

Desenvolver pesquisas na CORSAN junto às universidades para transição para saneamento ecológico, com estudos de casos que já foram postos em prática, principalmente em áreas de baixa densidade habitacional, como áreas periurbanas, rurais e

ocupações de terra.

Qualificar o tratamento dos recursos hídricos sob responsabilidade da CORSAN

Por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura ampliar a fiscalização nos tratamentos de efluentes de empresas, monitorando a efetividade e desempenho dos tratamentos, e investir na CORSAN para tratamento e recuperação dos recursos hídricos por meio de técnicas como os jardins flutuantes.

Investir em infraestrutura para a CORSAN

Reverter a política de precarização implementada pelo governo do estado para permitir e justificar a privatização da CORSAN. Sem investimentos neste setor não é possível levar água potável para todos os lares do estado, muito menos saneamento.

Incentivar e fomentar a criação de Escritórios de ATHIS nos municípios

Organizar formações e auxiliar na formação de Escritórios de ATHIS (assistência técnica para habitações de interesse social) nos municípios.

Com o auxílio do Gabinete de ATHIS do CAU/RS e da Secretaria de Habitação, coordenar o trabalho dos escritórios regionais, de modo a: manter atualizadas as necessidades específicas de cada região; garantir verba para o desenvolvimento dos trabalhos; acompanhar o andamento dos projetos; incentivar a construção de vínculos com as cooperativas de trabalhadores, a compra de materiais de forma territorializada e, também, a capacitação de trabalhadoras e trabalhadores na área da construção civil.

MULHERES

Nosso país vive um período longo de crise política e econômica, que se aprofundou com a política genocida implementada pelo governo federal, no período da pandemia. As mulheres são as que mais sofrem com a crise, pois além de serem as primeiras a perderem os postos de trabalho, vivem a sobrecarga com as tarefas de cuidado, que se ampliam à exaustão.

Durante a pandemia, sua participação no mercado de trabalho sofreu um recuo de 30 anos, ficando próxima aos patamares de início dos anos 1990, no país. Além disso, embora entre 2021 e início de 2022 tenha havido uma tímida recuperação, ocorreu uma redução da renda no trabalho. No RS, esta realidade se expressa com a diferença salarial entre homens e mulheres, em situação pior do que a nacional: enquanto aqui as mulheres tiveram rendimentos equivalentes a 71,4% dos rendimentos dos

homens gaúchos - pior razão desde 2016, no país o rendimento das brasileiras representou 78,1%.

A mesma disparidade pode ser observada em relação ao rendimento-hora médio real para as mulheres do Estado, que teve queda de 1,3% entre 2019 e 2020, enquanto o dos homens cresceu 4,2% em 2020. Assim, o rendimento-hora real delas passou de 86,8% do deles em 2019 para 82,2% em 2020 - a maior disparidade desde 2015. No país, o rendimento-hora real das mulheres equivaleu a 88,8% do rendimento dos homens em 2020.

Interessante observar que, segundo a PNAD Contínua do IBGE, os setores que mais empregaram mulheres no Estado em 2020 foram educação, saúde humana, e serviços sociais (20,5%); comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (19,3%); indústria geral (13,15%);

informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (10,9%); serviços domésticos (10,6%). No entanto, somente 3,8% ocupam cargos de diretoria ou gerência.

Quando analisamos a realidade das mulheres negras, o cenário é ainda pior. Segundo o DIEESE, as mulheres brancas ganham uma média de R\$ 15,32 por hora, enquanto a média paga às mulheres negras do estado é de R\$ 11,62. Conforme a PNAD Contínua do IBGE, em 2020, a renda média das mulheres brancas foi de R\$ 2.221; a renda das negras fica consideravelmente abaixo da dela, em R\$ 1.598.

Segundo o DIEESE, a maior taxa de desocupação também é entre negros e negras que, no caso do primeiro trimestre de 2020, com o critério de auto-declaração, chegou a 13,5% entre pretos, enquanto entre pardos foi de 12,8%, e entre brancos 7,2%. Já a PNAD Contínua do IBGE constata que, além da desocupação das mulheres negras ser bem superior à das brancas, entre 2019 e 2020 o crescimento deste índice entre as negras foi consideravelmente superior ao das brancas:

enquanto a desocupação entre as brancas cresceu 0,8% - passando de 8,6% para 9,4% -, entre as negras, a taxa de desocupação cresceu 5,3% - passando de 15% para 20,3%. Importante destacar que o contingente de trabalhadoras domésticas – que emprega grande número de mulheres negras – baixou de 289.437 em 2019, para 242.937 em 2020, correspondendo a menos 46.500 mulheres empregadas neste setor.

Também se destaca a situação das famílias das mulheres rurais: 43% tem renda total de 2 a 5 salários mínimos, 32% possuem renda total de 1 a 2, 11% delas de meio a um e 5% com menos de meio.

O aspecto em que isto se expressa mais duramente é a do direito aos nossos corpos, à nossa integridade física e o direito à vida. Isto porque, em relação à questão da violência, nos últimos anos, a situação do RS têm sido de continuidade ou piora das estatísticas: em finais de 2020, de acordo com a Themis, o Estado era o 4º em número de feminicídio e o 5º em estupros de meninas. Segundo o governo, entre 2020 e 2021, enquanto a maior parte dos indicadores de violência vinham reduzindo,

os da violência contra mulheres seguia aumentando. De 2020 para 2021, o aumento dos feminicídios foi de 21%, enquanto, por exemplo, o número de homicídios diminuiu 13%.

Ao mesmo tempo, segundo informações do governo do estado, em 2021, das 97 mulheres assassinadas exclusivamente por serem mulheres, apenas 10 tinham medida protetiva. A ausência de recursos públicos destinados para a rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência aparece como principal indicativo do aumento dos feminicídios. É preciso maior investimento para localizar essas mulheres em situação de risco de vida e impedir que o ciclo de violência chegue no seu estágio final, o feminicídio.

Por sua vez, quando olhamos para a saúde desde o nosso ponto de vista como mulheres, precisamos considerar dois vieses: 1) o papel que socialmente nos é atribuído nas tarefas de reprodução da vida e 2) as especificidades de nossos corpos e sua diversidade (mulheres negras, indígenas, trans, lésbicas, etc.).

No que diz respeito à sobrecarga com o trabalho reprodutivo, no último período, no RS, houve um encolhimento da Política de Saúde da Família, levando à redução da capilaridade do SUS e nossa maior responsabilização nos cuidados.

Do ponto de vista dos cuidados específicos, faz menos de uma década que o SUS tem programas efetivos de amparo à saúde da mulher de forma integral, não apenas com foco na maternidade. No entanto, essa especialização ainda não refletiu em qualificação dos serviços na ponta, principalmente, após a aprovação da EC 95, que estabeleceu teto dos gastos da União, incidindo sobre os investimentos em políticas sociais.

Seguindo a lógica do governo federal, em finais de 2021 o RS aprovou o congelamento dos investimentos em políticas sociais por 10 anos, decisão cujas consequências as mulheres gaúchas sentirão mais fortemente em seguida. De 2019 a 2021 os investimentos no RS foram irrisórios em políticas para mulheres, ainda que os dados demonstram sucessivos aumentos nos números de feminicídios.

O sucateamento das políticas para mulheres gaúchas se mostra na **diminuição significativa de estrutura para execução de políticas para as mulheres** no estado, fragilizando a atuação em rede desses serviços e intensificando o abandono destes espaços. Esse sucateamento se reflete e é reforçado pelas **dificuldades de participação** nos rumos da política em nosso estado.

Nesse sentido, um dado a ser destacado é a dificuldade de funcionamento do Conselho dos Direitos das Mulheres, sem eleições desde 2019, por inoperância do governo do estado.

Além disso, as mulheres estão abaixo da média nacional quanto à eleição de

mulheres para a cabeça dos executivos municipais. Enquanto no último pleito contamos com 12,1% de prefeitas no país, elegemos 7,7% por aqui. Esses números levaram a que o RS decaísse duas posições no ranking interestadual de desigualdade de gênero, seguindo os critérios do INDG.

As mulheres são a maioria da população gaúcha. Estão em todas as áreas da economia. São as principais responsáveis pelos cuidados da casa e da família. Em 2022, as mulheres do PSOL disputarão os rumos de nosso estado comprometidas com a defesa de um projeto político voltado à **reprodução ampliada da vida.**

propostas

Criar programa para redução de câncer, mortalidade materna e sofrimentos causados por problemas de saúde mental

Criar programa com vistas a diminuir gradativamente, a cada ano, a incidência de câncer de mama, de traqueia, de brônquios e de pulmão, mortalidade materna e, também, sofrimentos devido a problemas de saúde mental

Preparar o estado, dotando os serviços próprios, e apoiando aos municípios, para que, entre 2023 e 2028, o RS abandone os primeiros lugares na incidência de câncer de mama, em nível nacional.

Perseguir os índices mais baixos do país em relação à mortalidade materna por fatores evitáveis, como pré-eclâmpsia, e não só cumprir (o que não vem ocorrendo), mas, superar as metas nacionais de exames pré-natais.

Viabilizar apoio aos municípios, para implantação de instrumentos para acompanhamento anual nas comunidades direcionado à garantia da realização dos exames preventivos.

Adotar campanhas de mídia permanentes, em rede com entidades e instituições em todos os níveis, para alertar sobre os prejuízos do tabagismo.

Mobilizar investimentos em equipamentos, logística, interiorização, contratação e capacitação de profissionais, comunicação, educação e farmacologia, com vistas ao atingimento dessa meta ano a ano, até 2028.

Estimular educação para a nutrição saudável e agroecológica

De forma coordenada e interinstitucional, promover a criação de redes capacitadoras, promotoras de prevenção, comunitárias (residentes) e remuneradas.

Incluir subprogramas que abarquem as diversidades de raça, etnia, faixas etárias, além das mulheres em situação de encarceramento, seguindo um movimento do centro para o interior e comunidades.

Promover a ampliação do acesso da população trans e travesti a abrigos, saúde e oportunidades de emprego

Criar uma plataforma virtual, para mapear os serviços básicos e disseminar informações destinadas a esse grupo, tendo a missão de difundir informações e ampliar o acesso das pessoas trans e travestis a abrigos, saúde e oportunidades de emprego.

Implementar projetos para reduzir Infecções Sexualmente Transmissíveis-ISTs

Criar planejamento de ação local para integrar na educação temas pertinentes à discussão em razão do projeto de intervenção das ISTs.

Promover palestras, campanhas em meios de rádios, emissoras, tendo uma equipe capacitada para assim criar grupos operativos para debates.

Assegurar direito de interrupção gestacional conforme a lei

Desenvolver uma política pública que garanta a interrupção da gravidez, protegendo a vida das mulheres, em todos os casos já previstos pela legislação brasileira, garantindo que não haja discriminações, perseguições, preconceito, tratamento inadequado nos locais de atendimento e de realização da cirurgia.

Por meio da Secretaria da Saúde e da Mulher, efetivar um diálogo que consolide diretrizes com vistas ao pleno cumprimento do direito já existente, junto a todos os atores envolvidos no processo: médicos, postos de atenção básica e hospitais.

Dotar os serviços de atendimento da cirurgia de interrupção da gravidez de toda a infraestrutura necessária para a garantia de manutenção da vida das mulheres.

**Promover
campanhas de
informação sobre
direito à
interrupção da
gravidez**

Por meio da administração, em rede com organismos da sociedade, promover educação sobre o tema, difundindo informações técnicas e sobre as experiências em outros países onde a legislação já é mais avançada que a brasileira. A partir disso, buscar a cooperação com os demais estados para ação conjunta em prol do aprimoramento do direito no país.

**Promover
campanhas sobre
direitos sexuais e
reprodutivos, com
ênfase na
superação da
violência obstétrica**

Desenvolvimento de peças publicitárias e materiais didático-pedagógicos voltados à ampla difusão do que compreendem os direitos sexuais e reprodutivos, vinculando às questões de saúde e tendo por base os tratados internacionais de que o Brasil é signatário, a legislação vigente e as ameaças de perdas destes direitos.

Orientação às mulheres e famílias, quanto aos benefícios do parto natural, com vistas à redução do número de cesarianas.

Inclusão de temas como episiotomia e manobra de *Kristeller* como violência obstétrica e, portanto, passíveis de ser recusadas.

**Criar frentes de
trabalho voltados a
mulheres, em
especial as chefes
de família e as
negras**

Estabelecer parcerias para oferecer vagas em serviços prioritários ao estado (tais como manutenção de prédios públicos e praças), podendo ou não abarcar ações de qualificação.

Fomentar, com apoio técnico e econômico, a auto-organização das trabalhadoras nas cadeias produtivas locais

Realizar diagnóstico identificando as cadeias curtas de produção e comercialização regionais com maior potencial econômico e desenvolver políticas de capacitação e crédito subsidiado e/ou não reembolsáveis voltadas à inserção produtiva das mulheres.

Integrar o SINE na rede de proteção à mulher vítima de violência

Criar canal de comunicação direto entre SINE e a rede básica de acolhimento a mulheres vítimas de violência, priorizando a (re)colocação de mulheres abrigadas no mercado de trabalho como forma de obterem renda e conquistarem uma maior autonomia econômica.

Promover ações de qualificação profissional voltadas à inserção de mulheres em setores estratégicos

Mapear setores e áreas econômicas potenciais, visando o oferecimento de cursos para mulheres, além de sua integração a programas de Primeiro Emprego nas áreas referidas.

Dar as agências de fomento, assim como aos atores privados vinculados a políticas públicas responsáveis por polos regionais de desenvolvimento, a responsabilidade de gerir.

Orientar as ações da FGTAS e do SINE para a viabilização da proposta.

Criar programa de fomento para a mulher assentada da reforma agrária

Criar um programa de fomento para a mulher assentada da reforma agrária, incentivando feiras de produtoras, encontros de mulheres guardiãs de sementes e cursos de agroindústria exclusivos para as mulheres.

Construir espaços específicos de convivência e diálogo das mulheres do campo.

Reservas vagas para mulheres trans em cursos do SINE e FGTAS

Prever 5% das vagas para priorização da inclusão de mulheres trans nos cursos de capacitação em novas áreas de atuação (comumente chamados de “reciclagem”), e/ou qualificação para aprofundamento do conhecimento nas áreas profissionais em que já atuam, em todas as agências do SINE e ações da FGTAS.

A reserva de tais vagas deverá ser acompanhada de ampla divulgação de sua disponibilidade, assim como de sensibilização das(os) agentes de Estado, para garantia de sua execução.

Garantir Delegadas mulheres na delegacia da mulher

Direção das delegacias das mulheres por delegadas e policiais femininas, treinadas para esse tipo de atendimento

Fortalecer rede de combate à violência contra mulher

Estabelecer rede de assistentes sociais, bem como ampliação das casas de apoio, com atendimento especializado no campo da saúde e organização de juzizados específicos para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente aplicada, além de uma ampla campanha pública contra a violência.

Fomentar debates voltados à educação sexual

Fomentar debates de educação sexual, em parceria com os municípios, para homens e mulheres em todas as escolas, postos de saúde, associações de bairros, além da distribuição gratuita e variada de métodos contraceptivos

Criar um plano de políticas públicas para as mulheres de forma participativa

Criação de um plano de políticas públicas para as mulheres, que seja construído a partir de um amplo debate entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e os movimentos de mulheres organizados, e que reflita suas reivindicações históricas. É preciso que o governo tenha uma atitude pró-ativa, efetiva e transversal em todas as suas áreas, combatendo as diversas formas de opressão incrustadas em nossa sociedade.

Formar continuamente profissionais da segurança pública

Organizar um processo de formação continuada de maneira que nenhum policial fique mais de um ano sem uma reciclagem, contando com apresentação de conteúdo de gênero, sexualidade e raça para tratamento de vítimas e demais atores no sistema de segurança.

Promover campanhas de divulgação de dados sobre a violência contra a mulher

Criação de uma campanha permanente de divulgação de dados sobre a violência contra a mulher. Organizada pela secretaria de políticas públicas para mulheres apresentando informações sobre as regiões, municípios e do campo.

Criar uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

Criação de uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, específica para tratar as políticas de gênero no estado, dotada de orçamento próprio, autonomia e pessoal para seu funcionamento.

Criar uma coordenadoria das mulheres do campo

Criação de uma coordenadoria das mulheres do campo na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres com a finalidade de articular junto às mulheres do campo políticas públicas voltadas para elas.

Contribuir para funcionamento regular do Conselho dos Direitos das Mulheres

Cumprimento dos prazos de indicação das conselheiras representantes dos órgãos governamentais, a fim de contribuir para a agilização da constituição do pleno do Conselho.

Inclusão do Conselho na discussão e elaboração de políticas públicas para mulheres.

Apoio a campanhas de mídia e ações de mobilização promovidas pelo CEDM.

Priorizar mulheres de baixa renda com filhos e/ou vítimas

Priorizar as mulheres de baixa renda com filhos e/ou vítimas de violência em programas de regularização fundiária e moradia no estado.

**de violência no
acesso à moradia**

**Criar programa
emergencial para
famílias de mães
solo em situação de
insegurança
alimentar**

Destinação de verba orçamentária para a aquisição de cestas básicas a serem destinadas e distribuídas em parceria com órgãos municipais de assistência social, com regularidade mensal, durante os 6 primeiros meses de gestão.

MUNDO DO CAMPO

O PSOL compreende a liberdade como algo concreto. Não se trata de uma ideia abstrata, separada das condições reais para seu exercício. Não é possível ser livre se estamos excluídos(as) do emprego e da renda, ou temos medo de perdê-lo. Não é possível ser livre sem a segurança de garantir comida na mesa da nossa família, de nossos(as) dependentes. Não é possível ser livre se nossa saúde está em risco, de formas que sequer suspeitamos, se o convívio com a terra é impedido e atacado permanentemente.

A forma como os governos e os grandes grupos econômicos têm atuado ameaça tanto as formas de vida tradicionais quanto as urbanas. Isso porque a produção agrícola, em vez de estar voltada à produção de alimentos acessíveis e de qualidade, tem estado focada na exportação de grãos, com alto impacto ambiental, reduzida geração de

emprego e quase nenhum retorno tributário.

Entre as consequências, temos uma das cestas básicas mais caras de todas as capitais - a despeito de sermos um dos maiores produtores de grãos e de carnes no país.

Isto ocorre, principalmente, porque o Rio Grande do Sul tem acompanhado o Brasil no processo recente de reestruturação de matriz produtiva e econômica, assumindo uma inserção subordinada na divisão da economia internacional, que levou a um foco em produtos primários, para exportação, sem o mínimo de beneficiamento. Com isto, temos uma retração da participação da indústria no PIB do país e do estado, com geração de empregos cada vez de menor qualidade e perda de capacidade de inovação tecnológica, além de interrupção de cadeias produtivas.

Em nosso estado, mesmo a já retraída produção industrial, ainda demonstra significativo vínculo de dependência ao setor agropecuário, com o agronegócio participando em 32,8% do valor bruto de produção (VBP), do setor.

A cada vez mais intensa aposta na produção de commodities para o mercado externo, pressiona por concentração de terra e financeirização das atividades do campo. Atualmente, o RS já figura como o 5º estado com maior concentração de terras privadas ocupadas por grandes propriedades, com 44,3% das áreas privadas nas mãos de grandes proprietários. Do ponto de vista da geração de emprego no campo e da produção focada em alimento para a mesa do(a) trabalhador(a), temos que entre 2006 e 2017, houve uma redução de 19,4% do número de estabelecimentos com menos de 50 ha, enquanto os de tamanho superior aumentaram em 5,1%.

Em 2021, o agronegócio respondeu por 71.7% do total das exportações, sendo que 7 produtos concentravam 90% das exportações, com destaque para a soja, que representou 37.9%. O principal destino deste

produto, por sua vez, foi a China, que concentrou a compra de 68,4% da compra da soja gaúcha. Isto caracteriza uma profunda dependência da economia gaúcha, com relação a um parceiro internacional que estabeleceu como meta aumentar em 40%, até 2025, os atuais níveis de produção desta oleaginosa.

Este produto, que tem ocupado amplos territórios de nosso Estado, além de demandar altos níveis de agrotóxicos, que contaminam nossos mananciais e, através dele, a quase totalidade do alimento que consumimos, não tem sido destinado prioritariamente para o consumo humano. Caso contrário, por que nosso povo teria que pagar, em abril de 2022, R\$ 12,00 pelo óleo de cozinha?

Um dado preocupante, diante do cenário de aprofundamento da dependência de pauta exportadora concentrada em poucos produtos primários é que, segundo o IBGE “em 2018 a agricultura do RS respondeu por 30% da atividade econômica de 268 municípios, sendo superior a 50% em 73 deles (principalmente município do interior com menos de 5.000 habitantes)”.

Esses municípios, sem um redirecionamento da prioridade da produção para consumo local, enfrentarão sérias dificuldades em caso de mudança no cenário internacional de commodities.

Como citado, a exportação desses produtos gera pouco retorno para os cofres do estado, pois sua exportação não é tributada, servindo para manter altas taxas de lucro para empresas, em grande parte, de capital estrangeiro. É preciso destacar, ainda, que toda a exportação de produto agropecuário, envolve a exportação de solo – por meio dos nutrientes dele retirados – e água, com relação ao que o povo gaúcho não tem tido nenhuma contrapartida.

Trata-se, portanto, de reprodução ampliada de capital e de riqueza concentrada, em oposição à reprodução ampliada da vida, de que precisamos e a que defendemos.

Um exemplo grave, diz respeito ao Bioma Pampa, que coloca sobre nós, povo gaúcho, uma enorme responsabilidade com relação às gerações futuras. O Pampa é o único dos 6 biomas brasileiros a ocorrer em um só estado e tem sofrido perdas

constantes de extensas áreas de vegetação nativa, para o monocultivo, em especial, de soja, arroz e madeira.

Atualmente, o Pampa é 2º bioma mais ameaçado do país e perdeu em área nativa, entre 2011 e 2018, o equivalente a 23 cidades de Porto Alegre. O cultivo da soja foi responsável, sozinho, pela perda de aproximadamente 500 mil ha do Pampa, entre 2002 e 2009: o equivalente a uma Porto Alegre inteira consumida em 7 anos. Em 2020 a perda de ecossistemas nativos do bioma, para lavouras de monocultivo, aumentou em 99% em comparação com o ano anterior.

Esta ameaça é ainda maior considerando o uso intenso de agrotóxicos, que apresenta taxas de intoxicação e letalidade alarmantes aqui no estado. Nesse ponto, o modelo de produção também tem alto impacto. Enquanto os estabelecimentos de agricultura familiar chegam a despender 5,9% de seus orçamentos com aquisição de agrotóxicos, a média é quase o dobro, de 10,9%, nos demais.

Tão importante quanto, em nossa defesa do direito à vida com dignidade, é a

diferença da contribuição para a geração de trabalho e renda. Dados de 2017, apontam que o RS tinha 716.695 pessoas ocupadas na agricultura familiar - 72,2% dos ocupados na agropecuária gaúcha – representando 12,9% da população. Naquele mesmo ano, a contribuição da agricultura familiar na economia gaúcha, incluindo a agroindústria familiar, foi de R\$ 20 bilhões.

Diferentemente do agronegócio de larga escala, a agricultura familiar se caracteriza pela diversidade de cultivos e está intrinsecamente vinculada à produção de alimentos para a mesa. Segundo o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica/2016-2019, a agricultura familiar gaúcha é “responsável por 92% da produção de mandioca, 89% da produção

de feijão, 66% do milho, 23% do trigo, 10% do arroz, 84% do leite de vaca e 56% do leite de cabra e 27% da produção de ovos”.

É com esses setores que o PSOL, em sua proposta de governo para o campo, no RS, tem compromisso. Esses, que têm tido cada vez mais dificuldade de se manter ativos, por falta de incentivo e pelo avanço dos interesses do capital internacional no meio rural gaúcho. Esses, que carregam nossa tradição como povo e, apesar do descaso com que são tratados, contribuem com sua dedicação diária para que as cidades tenham alimentos, alguma água adequada ao consumo e algum ar que possamos respirar.

propostas

Ampliar o alcance e a cobertura de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural

Aumentar os repasses a EMATER de forma a fortalecer as ações voltadas ao estímulo, ao incremento e à diversificação da produção, as quais devem ser associadas a linhas de apoio financeiro garantidoras do acesso a insumos e tecnologias.

Alterar a estrutura e o foco da Secretaria

Alterar o escopo e a nomenclatura da atual Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, para Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Agroecológico, Cooperativismo e Associativismo no Campo.

A atual estrutura conta com departamento de Cooperativismo, separado do pesqueiro, aquícola, indígena e quilombola, assim como do relacionado à agricultura familiar e agroindústria, indicando que o apoio estatal ao cooperativismo no campo possa incluir as grandes cooperativas, que pouco contribuem para o fortalecimento da pecuária e agricultura familiar.

Também não há um setor responsável por agroecologia e agricultura orgânica, tampouco qualquer referência à Reforma Agrária, política que deverá aparecer explicitamente no organograma da nova secretaria.

Instituir linhas de crédito com ênfase em micro-produtores da região do Bioma Pampa.

Instituir linhas de crédito junto BADESUL e BRDE, além de destinar parcela fixa anual do lucro do Banrisul para linha de crédito, assim como captar recursos junto ao BNDES, voltados a beneficiar com recursos prioritariamente, 1) micro-produtores, da agricultura e da pecuária familiar, assim como, comunidades quilombolas e indígenas, e 2) famílias chefiadas por mulheres, estabelecidas na região do Bioma Pampa do Rio Grande do Sul. Garantir que o FEAPERS (vinculado ao BADESUL) e o FENAMEP (vinculado ao Banrisul) tenham capacidade de amplo alcance deste público, para além do atualmente atendido. Garantir juros zero ou próximo a zero para os financiamentos a estes públicos.

Atuar sobre os efeitos das intercorrências climáticas.

Criar o programa de apoio a micro-produtores(as), em casos de perda de produção. Garantir dotação orçamentária anual voltada para a reposição de sementes e insumos vinculados ao tratamento da terra e dos cultivos - como hora trator, em caso de perdas em razão de intempéries, para agricultoras(es) e pequenas(os) pecuaristas cadastradas(os) como micro-produtores. Desvincular este tipo de apoio, no caso específico de micro-produtores, da exigência de declaração de estado de emergência ou calamidade, por parte dos municípios em que se encontram.

Ampliar programa de atenuação dos impactos do estio, com ênfase na irrigação e bebedouros

Priorizar as(os) micro-produtores quanto ao apoio para enfrentamento aos impactos da estiagem, cada vez mais frequente e acentuada, em nosso estado, garantindo condições de irrigação da produção e acesso à água para uso doméstico e da criação.

Privilegiar recursos oriundos de tecnologias sociais já aplicadas no âmbito do país e do estado, como cisternas para coleta de água das chuvas, articuladas com sistemas artesanais de filtragem.

Realizar estudos quanto à viabilidade ecológica de projetos de contenção de erosão, com captação de água, por meio de barragens de contenção em áreas afetadas por este fenômeno. Atualmente, 69 municípios foram parcialmente atendidos com ações desta ordem, por meio do Programa Segunda Água, no entanto, há agricultores familiares e micro-produtores situados em todo o estado.

Monitorar e fiscalizar com rigor perfurações de poço que atinjam o Aquífero Guarani.

Instituir subsecretaria dedicada ao desenvolvimento da pecuária e agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica

Especializar o planejamento, a execução e a gestão de Plano de Desenvolvimento Rural voltado para a ampliação da presença do Estado na indução do fortalecimento da pecuária e agricultura familiar, agroecológica e orgânica.

Criar, junto à Subsecretaria, departamento específico para o apoio às comunidades quilombolas e indígenas, que produzem, ou pretendem produzir alimentos, pois o atualmente existente comporta desenvolvimento agrário, pesqueiro, aquícola, além de indígenas e quilombolas, dificultando a atenção especializada e com prioridade.

Promover o estímulo ao plantio prioritário de alimentos para escoamento e consumo nas regiões de produção.

Garantir o cumprimento da Política de Agroecologia e de Produção Orgânica, instituída pela Lei 14.486/14.

Criar linha de financiamento específico para cooperativas e associações da pecuária e agricultura familiar, agroecologia e orgânica.

Propiciar acesso a recursos com juros zero ou próximo a este patamar, para as experiências coletivas de produção e beneficiamento, praticadas por trabalhadoras e trabalhadores do campo, da agricultura e pecuária famílias, agroecológica e orgânica, com ênfase para micro-produtores(as) citado na ação, nas modalidades de cooperativas e associações. Agregar critério facilitador de acesso a investimentos públicos para recuperação, ampliação, instalação e estruturação de unidades agroindustriais nas regiões em que os diagnósticos realizados apontem para o potencial de fortalecimento das cadeias curtas e redes de abastecimento e consumo de produtos oriundos da pecuária e agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Fomentar pesquisas sobre viabilidade de redes locais de produção

Estabelecer convênios com centros de pesquisa e organizações sociais com comprovada experiência na área, para realização de estudos que orientem o investimento na estruturação de cadeias curtas e redes locais de produção, abastecimento e consumo de produtos oriundos da pecuária e agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica.

Diagnosticar a viabilidade de implantação de agroindústrias com ênfase nas de perfil associativo ou cooperativo.

Criar departamento responsável por iniciativas de reforma agrária

Estruturar departamento voltado ao estudo, planejamento e promoção de iniciativas de Reforma Agrária, envolvendo destinação de terras a famílias e ou grupos cooperativados, dos setores da pecuária e agricultura familiar, assim como a garantia de suporte técnico, tecnológico e financeiro para o estabelecimento dos assentamentos.

Instituir programa voltado à conversão de dívidas em insumos para reforma agrária

Enviar projeto à Assembleia Legislativa com vistas a autorizar o Executivo a destinar terras e maquinário de entidades públicas ou privadas endividadas para assentamentos realizados ou previstos.

Criar bolsa permanência para jovens de famílias do campo

Instituir programa semelhante ao Jovem Aprendiz, cujas vagas sejam vinculadas às pequenas propriedades, para filhos(as) de micro-produtores pecuaristas e da agricultora familiar, e/ou orgânicos e/ou agroecológicos, assim como quilombolas e indígenas, voltados para a preparação para o trabalho na pequena propriedade, ou comunidade quilombola. Incidir para a redução do contínuo abandono do campo pelas novas gerações, por meio de bolsas que estejam vinculadas à capacitação para gestão, uso de novas tecnologias e produção.

Atuar para a redução do uso de agrotóxicos

Propor aumento da carga tributária sobre determinados agrotóxicos e a proibição da pulverização aérea.

Fortalecer estruturas de fiscalização contra uso indevido de agrotóxicos e defensivos

Abrir concurso público e incrementar a estrutura dos setores de fiscalização ambiental e sanitária, capacitando para restringir impactos sobre ecossistemas e comunidades humanas.

Promover a proteção de sementes orgânicas, crioulas e nativas

Fortalecer os programas e as feiras de troca de sementes crioulas, assim como estimular pesquisa de sementes nativas, em especial para repovoamento de flores dos campos sulinos. Promover armazenamento dessas sementes.

Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos

Realizar aquisição de alimentos de estabelecimentos da pecuária e agricultura familiar, agroecológica e agricultura orgânica, assim como de comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, em cada município que atingiu grau de fome ou insegurança alimentar média ou grave. Segundo informações do Governo do Estado, em 2021, 110 municípios gaúchos foram atendidos pelo PAA. O Mapa da Fome de 2018, elaborado pela CAISAN/Gov. Federal, aponta 159 municípios gaúchos com insegurança alimentar, o que tende a ter aumentado em virtude da pandemia. A ampliação deverá cobrir, ao menos, aqueles já mapeados.

Criar empresa pública de silos e armazenamento, com capilaridade nas principais regiões produtoras de grãos, no Estado

Atuar no incremento da logística de armazenamento de grãos, em regiões de grande produção no Estado, com principal atenção para os produtos oriundos da Reforma Agrária. Trata-se, aqui, de reestabelecer a intervenção outrora realizada pela CESA-Companhia Estadual de Cilos e Armazéns, em cuja criação o Rio Grande do Sul foi pioneiro, frente a outros estados da União. A partir dela, propões retomar o papel que a mesma já cumpriu na garantia de estoques capazes de incidir na regulação dos preços de mercado e, com isto, contribuir para a redução dos custos da cesta básica.

Fortalecer as estruturas de gestão compartilhada com a sociedade

Viabilizar que os conselhos paritários, vinculados ao tema da pecuária e agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, tenham seu funcionamento regular garantido.

Contribuir para o exercício das atividades sob responsabilidade dos conselhos de segurança alimentar e nutricional e retomar a discussão em torno da criação de um conselho estadual de desenvolvimento do campo, cujos representantes da sociedade civil sejam vinculados, essencialmente, pecuária e agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, aos quilombos e comunidades indígenas de áreas rurais e a comunidades ribeirinhas. Garantir o acompanhamento da implantação do Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica.

Implantar Pagamento por Serviços Ambientais

Desenvolver Programa voltado à viabilização do Pagamento por Serviços Ambientais à pecuaristas familiares de perfil conservacionista, por meio de conveniamento com o Governo Federal (Lei nº 14.119/2021).

NEGRITUDE

Após 133 anos do fim da escravidão, o racismo ainda impõe condições de vida muito piores à população negra. Um século mais tarde, mesmo na vigência de uma Constituição que formalmente rechaça o racismo, o preconceito racial ainda pulsa. Nesse cenário, o Rio Grande do Sul se destaca como um dos piores em termos de denúncias por racismo, injúria racial e existência de grupos de ódio.

Trata-se do racismo estrutural e do racismo institucional. A invisibilidade do negro em espaços de poder é naturalizada no cotidiano, onde as próprias instituições de Estado reforçam o racismo em lugar de combatê-lo.

Segundo relatório técnico do Departamento de Economia e Estatística (DEE) apresentado no “Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul”, 21% da população gaúcha, cerca de

2,3 milhões de habitantes, as pessoas negras estão em desvantagem na comparação com os brancos em uma série de indicadores relativos à educação, saúde, mercado de trabalho e representação política.

De acordo com o Atlas da Violência do Ipea, as vítimas negras têm 2,6 vezes mais chances de serem mortas no Brasil, representando 77% das vítimas de assassinatos, ou 29,2 por 100 mil habitantes. No RS, a taxa foi de 22%, em comparação à 18% entre os não-negros - ou seja, negros têm 1,2 vezes mais chances de serem assassinados no Rio Grande do Sul.

A violência é a parte mais visível do racismo. No entanto, a violência sistêmica contra os negros existe em todas as formas de vida social. No mercado de trabalho, 63% da população que recebe menos de um salário mínimo são negros, enquanto que,

dos brasileiros mais ricos, apenas 11% são negros.

O “Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul” mostra que a taxa de analfabetismo dos negros no Rio Grande do Sul é superior à dos brancos de todas as faixas etárias - em alguns casos, chega a ser três vezes maior. Por exemplo, entre os jovens de 15 e 17 anos, a taxa foi de 5,2%, em comparação com 2% para brancos.

Pesquisas recentes sobre **educação** têm refletido e convocado ações sobre a disponibilidade e persistência das populações negras e pardas nos espaços educacionais nos diferentes níveis de ensino. Na mesma linha, a Lei nº 10.639/2003, do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, reconhece a importância do combate ao preconceito, racismo e discriminação na redução das desigualdades no Brasil.

Em 2019, 19,2% da população branca do Estado avaliava seu estado de **saúde** como "muito bom" - percentual que cai para 16,7% entre os pardos e 12,2% entre os pretos. O acesso a serviços privados de saúde chega a 30,4% entre os

brancos, ante 17,1% entre os pardos e 16,3% entre os pretos. Até o risco de óbito por Covid-19 foi maior para pessoas pretas na faixa de renda acima de meio salário mínimo.

Na taxa de **desemprego** do Rio Grande do Sul, os percentuais de pretos e pardos são mais expressivos que os de brancos. No primeiro trimestre de 2020, último trimestre antes da pandemia de Covid-19 ter impacto significativo, a prevalência foi de 13,5% para negros, 12,8% para pardos e 7,2% para brancos.

Os negros enfrentam **dificuldade na progressão de carreira, na igualdade de salários** e são os mais vulneráveis ao assédio moral no ambiente de trabalho, apesar da proteção constitucional contra o racismo e a discriminação. A média de salário do homem branco é R\$ 2.507; a da mulher branca, R\$ 1.810; a do homem negro, R\$ 1.458; e a da mulher negra, R\$ 1.071. Quando o recorte é o trabalho informal, a **mulher negra** tem a maior taxa de informalidade no mercado de trabalho no Brasil, constituindo maioria absoluta da categoria das trabalhadoras domésticas.

Segundo os últimos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população negra do Rio Grande do Sul é cerca de 18%, enquanto as candidaturas negras são em torno de 12% do total. Ao analisar os dados dos **prefeitos autodeclarados negros**, o número cai para **menos de 1%**. Os poucos estudos sobre a questão apontam que em geral os partidos dão maior aporte financeiro aos perfis tidos como padrão na sociedade brasileira.

Sabemos que **56,9%** das **famílias chefiadas por mulheres** com filhos vivem abaixo da linha da pobreza. Se a raça for levada em conta, o cenário piora: nos domicílios cujos responsáveis são mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filhos até 14 anos, **64,4%** vivem abaixo da linha da pobreza.

As mães negras e solteiras também sofrem muito mais com **precariedade habitacional**. Mais de 40% das negras não têm acesso a esgoto, contra 27% das brancas. Coleta de lixo e acesso à abastecimento de água também são piores.

Para mulheres negras, lidar com dinheiro sempre foi uma questão de

sobrevivência. Mesmo com salários mais baixos que a média, a grande maioria é responsável por toda parte financeira da casa. Segundo o IBGE, quando olhamos para os lares de mães solas, **61%** do total são chefiados por mulheres negras.

A mulher negra é o grande foco das **desigualdades sociais e sexuais existentes na sociedade**. É nela que se concentram esses dois tipos de desigualdade, sem contar com a desigualdade de classe. Ao olhar para a luta pela equidade de gênero, é possível perceber que o direito de trabalhar é uma das principais bandeiras. Quando fazemos um recorte de raça, vemos que a mulher negra sempre trabalhou – durante os mais de três séculos da escravidão, as mulheres negras ficavam com os trabalhos domésticos e braçais, e essa realidade não mudou muito de lá para cá.

As propostas do PSOL buscam reconhecer essas profundas disparidades e, a partir delas, engajar a estrutura do Estado para instrumentalizar o combate ao racismo estrutural e institucional.

propostas

Criar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Combate ao Racismo

Criação de estrutura de Estado responsável por elaboração, em diálogo com representações do movimento negro organizado, e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Promover amplo debate com o conjunto do movimento negro organizado, em todas as regiões do estado, a fim de elaborar Plano de Combate ao Racismo.

Garantir representação de assessorias especializadas no combate ao racismo, em todas as secretarias do governo do estado, a fim de articular de forma transversal as políticas desenvolvidas no âmbito da Secretaria.

Implementar políticas capazes de contribuir para superação da desigualdade econômica vivida pelas pessoas negras no estado

Promoção de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Estabelecimento de linhas de crédito a custo zero para pequenos empreendedores negros(as).

Desenvolvimento de convênios e parcerias com prefeituras e empresas privadas para contratações prioritárias de pessoas negras.

Ampliar as condições de acesso de pessoas negras ao exercício do serviço público

Enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei visando a ampliação do percentual de vagas para a população negra em concursos públicos para o Executivo Estadual. Garantir que o sistema de cotas seja aplicado para o caso de contratações/ licitações de prestadoras de serviços.

Criar mecanismos de inclusão das mulheres negras em espaços políticos de decisão

Priorizar a participação de mulheres negras no primeiro e segundo escalão do Governo.

Desenvolver e implementar campanhas publicitárias e de conscientização sobre a importância da participação política das mulheres negras.

Promover cursos de capacitação em gestão pública, voltado especificamente para mulheres negras.

Ampliar os mecanismos de exercício de controle externo sobre as atividades policiais

Articulação de parceria com o Ministério Público do RS para o aumento do número de Promotorias de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial; elaboração de cartilhas e campanhas públicas explicativas do papel das polícias, suas atribuições e deveres.

Promover modificação na formação das forças policiais no que tange à violência advinda do racismo institucional

Inclusão de conteúdo permanente, nos programas das academias e escolas dos setores da segurança, relacionado à história, cultura e importância política e social do povo negro. Previsão de conteúdos relacionados à Lei 10.639 nas formações de todos os agentes de segurança. Realização de seminários e cursos de formação, contando com a participação de especialistas no combate ao racismo.

Implementar medidas de garantia da equidade na atenção integral à saúde da população negra

Inserir a variável raça/cor nas fichas de registro e notificação e na divulgação dos boletins epidemiológicos e outras estatísticas oficiais. Apresentar os dados tratados e desagregados com o cruzamento das variáveis: raça/cor, gênero, localidade de residência, bairro, idade, enquadramento em grupo de risco, localização do serviço em que foi realizado o atendimento, serviço de saúde público ou privado.

Incluir nos registros de notificação das Síndromes Respiratórias Agudas Graves, bem como da Covid-19, assim como já é feito nas notificações de tuberculose, a informação sobre “populações especiais” com condições de vulnerabilidade conhecidas, como população em situação de rua, imigrantes e população privada de liberdade.

Inserir nos protocolos de atendimento as comorbidades específicas que acometem de forma diferenciada a população negra, incluindo: portadores de anemia falciforme, deficiência de glicose, fosfato desidrogenase, tuberculose, hipertensão arterial, diabetes melito, entre outras.

Identificar o perfil epidemiológico da população negra, a fim de estabelecer protocolos de abordagens das doenças características

Identificação pela Secretaria da Saúde do perfil epidemiológico da população negra, visando a revisão dos parâmetros de atendimento na atenção primária, que hoje tomam em consideração a faixa etária das(os) atendidas(os) e doenças com perfil prevalente na população branca.

Com isto, criar condições para a superação da atual linha de corte nos atendimentos, que não contempla a população negra, em razão do não encaixe na média, cujo parâmetro é dado por doenças mais presentes na população branca.

Viabilizar manifestações culturais do povo negro e de matriz africana

Abrir editais voltados para projetos culturais desenvolvidos prioritariamente pelo povo negro, destinados à valorização e difusão da cultura negra.

Apoiar diretamente os municípios na viabilização do carnaval de rua, por meio do estímulo à organização das escolas de samba.

Promover registros e divulgação das produções do movimento hip-hop, capoeira e da cultura *slammer*.

. Garantir recursos para a Semana Estadual do Hip Hop.

Levar o piloto “Cohab é só RAP” para as periferias do estado.

Fortalecer eventos como o “Festival RAP na Usina”, a “Semana do Grafite”, o “Festival Zumbi dos Palmares” e as atividades de bairro (por exemplo, as Semanas da Rubem Berta, da Restinga e da Cruzeiro).

Retomar o espaço na TVE de programas como o “Hip Hop Sul” estimular a construção de oficinas e semanas municipais de Hip Hop.

Fomentar a geração de postos de trabalho, a partir da contratação deicineiros cadastrados, garantindo que profissionais da cultura, educação e pedagogia sejam contemplados financeiramente por seus trabalhos.

Realizar eventos culturais pelo estado com ônibus palco.

Em termos de estrutura, fomentar a construção e revitalização de pistas de skate e a construção de arenas de show.

Valorização, por meio de apoio material, à tradição dos reisados.

Implementar políticas de combate à intolerância religiosa

Apoio à promoção de festas e manifestações religiosas de matriz africana, nos espaços públicos, com suporte das estruturas de estado, a fim de coibir a intolerância durante seus eventos.

Apoiar práticas pedagógicas vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva antirracista e de valorização do povo negro

Elaboração e implantação de projeto de mapeamento das práticas escolares voltadas para o tratamento da temática étnico-racial nos sistemas de ensino, ao longo do ano letivo, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

As práticas que se destacarem (por escola) serão compiladas e socializadas por meio de diferentes recursos (edição de livro, apostila, cartilha, vídeos, etc.).

Criar projeto voltado à identificação da contribuição de personalidades negras na história do estado

Por meio de parcerias com movimentos sociais e meio acadêmico, fomentar pesquisas sobre personalidades negras no âmbito estadual e produzir diferentes tipos de materiais de registro e difusão dos resultados da pesquisa, sejam eles impressos e/ou virtuais - como *flyers*, *folders*, apostilas, cartazes, cartilhas, *banners*, vídeos - divulgando as suas contribuições para o desenvolvimento de nosso estado. Garantir a distribuição do material na rede de ensino pública.

Promover a formação continuada de professores e gestores escolares sobre a temática étnico-racial

Periodicamente organizar cursos, palestras, encontros, seminários, simpósios voltados à difusão diversidade étnico-racial na escola, com o objetivo de mostrar a aplicabilidade prática dos conteúdos teóricos estudados e discutidos, incorporando e ressignificando em um sentido afirmativo a história e cultura afro-brasileiras.

Propõe-se uma formação em blocos de acordo com o nível /ano de ensino de cada professor.

**Criar unidade
específica para
implementar políticas
da temática
étnico-racial**

Por meio de uma equipe constituída especificamente para tal, realizar a articulação de uma política estratégica que resgate, difunda e valorize a memória do povo negro, ofertando subsídios aos gestores escolares e paralelamente, realize o monitoramento da aplicação da Lei n.º 10.639/2003.

Incluir, nessa linha de subsídios, orientações que contribuam para a identificação dos elementos constitutivos do racismo estrutural, a fim de avançar no sentido de coibir os mecanismos de sua reprodução, no âmbito das escolas.

**Propor ampliação de
cotas raciais e
mecanismos
facilitadores de
permanência na
UERGS**

Previsão de cotas para esta população, maior do que o previsto no âmbito das instituições federais, como mecanismo de reparação da maior desigualdade econômica verificada ao longo do tempo pelo povo negro no RS.

Criação de número equivalente de bolsas para esses alunos, a fim de contribuir para sua permanência na graduação.

POVOS ORIGINÁRIOS

O respeito aos povos originários é obrigação de reparação histórica dos governos. Tais como os negros, os indígenas foram vítimas de séculos de opressão, escravização, extermínio, expulsão das terras, preconceito cultural, luta e muita, muita resistência para conseguir manter sua comunidade unida e sua cultura viva. Mais de 500 anos depois da chegada dos europeus ao Brasil, a demarcação de terras indígenas continua sendo uma pauta não resolvida. Para os povos indígenas, a questão da terra não é simplesmente uma luta por moradia ou por terrenos agricultáveis: é uma luta pela manutenção de uma tradição, de um modo de vida e de um sistema social.

Segundo o último censo realizado pelo IBGE, em 2010, existem 32.989 indígenas no Rio Grande do Sul, sendo que aproximadamente 22.000 estão aldeados,

divididos entre as etnias Guarani, Kaingang, Charrua e Xokleng.

A dificuldade em produzir alimentos nas aldeias, em virtude do advento da pandemia, somada à dificuldade ao acesso das famílias aos programas de proteção social, causou, além da fome, enorme impacto à saúde da população indígena. A Constituição Estadual, em seu art. 264, determina que o Estado promova e incentive a autopreservação das comunidades indígenas, sendo dever garantir políticas de assistência social. Por isso, um futuro governo do PSOL tomará todas as iniciativas necessárias para garantir a segurança alimentar dessa população.

Os indígenas necessitam ter reconhecidas suas especificidades nas políticas públicas. Unidades de saúde e escolas devem ser aptas a compreender e a entender tais necessidades. No sistema de

saúde, por exemplo, há unidades básicas específicas para o tratamento da saúde indígena. Nosso governo estimulará a estruturação desse tipo de serviço próximo a esses povos, por meios próprios (principalmente no caso da educação) ou em parcerias com outros entes públicos (como no caso da saúde, em que o município é o gestor pleno). Na educação, ainda, é fundamental que a cultura indígena seja

estudada por todos os discentes gaúchos como forma de valorização das contribuições desses povos ao nosso país. Acima de tudo, reconhecemos a legitimidade única dos povos indígenas quanto à sua própria história. Dessa forma, nenhuma medida será tomada pelo nosso governo sem que antes seja ratificada pelas lideranças das diversas etnias indígenas presentes no Rio Grande do Sul.

propostas

Criar estrutura específica para políticas de suporte aos povos indígenas

Avaliar, junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas, a necessidade de criar uma secretaria ou outro órgão específico para planejar, executar e monitorar políticas da área.

Reorganizar o Conselho Estadual dos Povos Indígenas

Com sede própria, grupo de trabalho e recursos para o deslocamento das lideranças para as plenárias, bem como garantia de participação paritária.

Criar casas de acolhimento para indígenas e quilombolas

Criar casas de acolhimento nas universidades onde indígenas e quilombolas estudam.

Apoiar produção agrícola indígena sustentável

Apoiar a produção agrícola tradicional indígena com suprimento de sementes, ferramentas, orientação técnica quando necessário.

Reestruturar as Escolas Indígenas

Suprir o necessário para um professorado adequado para escolas indígenas. Reformar os prédios de todas as escolas indígenas que necessitem. Aparelhar com acesso à Internet e instalar energia solar.

Estabelecer relação de colaboração com as lideranças indígenas do Estado

SAÚDE

Os atendimentos na rede estadual da Saúde precisam de um olhar minucioso.

Inúmeros municípios relatam falhas nos critérios de encaminhamento, indisponibilidade de leitos, dificuldades sistêmicas em relação ao sistema de regulação, aumento da demanda reprimida de procedimentos eletivos e problemas no fluxo de informações entre a atenção primária e a regulação.

O gestor estadual precisa centralizar essas demandas e ser ativo no processo de resolução, garantindo, especialmente, a retomada das capacitações, essenciais para que tenhamos atendimentos mais céleres e qualificados, bem como gestões mais eficientes e transparentes.

É preciso melhorar a capacidade de atendimento nos hospitais regionais. Temos que criar pólos de referência em saúde em cada uma das 28 regiões do COREDES para diminuir a vinda de ambulâncias para a rede pública da capital.

A pandemia do coronavírus mudou a forma de encarar a questão da saúde e provocou aumento de outras doenças, principalmente as relacionadas com a falta de vacinação. É preciso sistematizar o conhecimento das consequências da Covid-19 na saúde física e mental para dar atendimento adequado na rede pública aos pacientes e também aos profissionais.

propostas

Fortalecer a atenção primária

Criação de incentivo para as equipes multidisciplinares de Estratégia Saúde da Família (ESF), com a visão especial aos agentes comunitários (ACS) e aos de combate às endemias (ACES), acompanhadas e fiscalizadas pelos conselhos locais de saúde.

Fortalecer as coordenadorias em saúde

Fortalecer a Vigilância Sanitária

Reativar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)

Ampliar os leitos do SUS

Aprimorar o controle na Coordenação de Política de Assistência Farmacêutica (CPAF)

Equilíbrio da relação dispensação/ vencimento dos medicamentos especializados e estratégicos entre os municípios, nas diversas Coordenadorias.

Unificar a Divisão de Programação e Distribuição de medicamentos e a Divisão de Abastecimento de Medicamentos

Desburocratização do sistema administrativo. Realização de convênios com municípios para proporcionar a entrega de medicamentos a pessoas em situação de fragilidade social e de saúde

Aumentar a cobertura de atendimento da Rede de Atenção à Saúde

Intensificação dos serviços de cuidados e atenção à saúde da mulher e do idoso; cuidados clínicos em saúde do adulto e do

idoso; atenção e cuidados centrados na criança e no adolescente; procedimentos na atenção primária à saúde; atenção e cuidados relacionados à saúde bucal.

Intensificar a relação com a comunidade

Criação de equipes multidisciplinares para realização de gestão conjunta com a comunidade, tendo, cada Posto de Saúde, uma horta comunitária para trabalhar a alimentação com os moradores.

Qualificar o atendimento à população negra e levar atendimento às comunidades indígenas e quilombolas

Recompor imediatamente as Equipes de Saúde indígenas e quilombolas

Promover os Cuidados Paliativos

Inclusão dos Cuidados Paliativos nas políticas públicas, junto às Unidades Básicas de Saúde e a Estratégia da Saúde da Família.

Qualificar os encaminhamentos de consultas e a identificação da ocupação dos leitos disponíveis

Utilização da informatização e transparência no acesso às consultas médicas especializadas, reguladas pela Central de Regulação Ambulatorial (CRA) do RS, por meio do Sistema Gerenciamento de Consultas (GERCON) e do acesso aos leitos hospitalares sob gestão estadual ou municipal feitas pela Central de Regulação Hospitalar (CRH).

Fortalecer o Conselho Estadual de Saúde (SES)

Atuação conjunta com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, incentivando a participação popular, trabalhadores e gestores nas tomadas de decisões pertinentes a suas regiões

Aumentar a doação de órgãos para transplante

Instituição de programas permanentes que envolvam a sociedade e os veículos de comunicação voltados para conscientização e incentivo à captação de órgãos.

Criar um Plano de Controle de Zoonoses

Atualmente, não há um controle adequado de zoonoses que poderiam ser facilmente evitadas se houvesse estrutura para tal, seja para aplicar ações no âmbito estadual ou para fomentar as municipais.

Promover campanha de vacinação de animais domésticos

Por meio da distribuição vacinas e equipamentos necessários, promover campanhas de vacinação de animais domésticos contra todas as doenças imunopreveníveis, especialmente fomentar a vacinação e o uso de coleiras promovendo o tratamento da Leishmaniose Visceral, impedindo execuções sumárias.

SERVIDORES

Os governos neoliberais e seus ideários políticos e econômicos estão desconstruindo os serviços públicos e provocando prejuízos financeiros e emocionais aos servidores. Serviços de qualidade, que antes eram prestados pelo Poder Público, foram entregues à iniciativa privada por meio de concessões ou privatizações – feitas sem consulta pública e com venda por valores irrisórios.

Servidores perderam adicionais, avanços, férias, licença-prêmio. Direitos conquistados historicamente, que todo trabalhador deveria ter, passaram a ser considerados privilégios. As justificativas são excesso e inchaço da máquina pública - quando, na verdade, há necessidade de mais contratações na maioria dos órgãos públicos, desempenho insatisfatório, crise fiscal, inoperância dos serviços públicos, e, principalmente, que a terceirização traria

preços mais baixos, qualidade e eficiência ao Estado e aos destinatários da prestação do serviço.

O governo Leite lançou o programa Avançar para as Pessoas: ações com foco na prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, ação social, segurança e cultura, sem mencionar os servidores públicos, limitando os investimentos a obras e equipamentos.

O governo do Estado, que comemora aumento de arrecadação de 16,7%, concedeu um reajuste vergonhoso de 6% ao funcionalismo, que está há mais de 7 anos com salários congelados e com perdas inflacionárias de até 58%.

Há, ainda, a crise no IPE Saúde. Em audiência pública realizada em abril de 2022, a “União Gaúcha em defesa da Previdência Social e Pública” apresentou estudo sobre a

crise no IPE-Saúde com as seguintes conclusões:

“Aparelhamento político, tomada pelo governo de bens imóveis que pertenciam ao patrimônio do IPERGS e garantiam lastro financeiro à Instituição, e não pagamento de precatórios são os principais problemas que comprometem hoje a continuidade do funcionamento do Instituto. Entre servidores públicos e seus dependentes, o IPE Saúde alcança mais de 1 milhão de pessoas. Sem reconhecer esta importância, o governo abandona progressivamente a instituição e, em consequência, compromete a assistência à saúde de milhares de famílias.”

Além do atraso nos repasses de recursos aos hospitais que provocou a suspensão de serviços conveniados em diversas unidades, a defasagem nas tabelas de valores praticados acentua a crise. Um dos fatores agravantes é a preponderância de interesses políticos sobre a gestão do IPERGS, principalmente após o fim do sistema de gestão paritária (com 2 dos 4 diretores escolhidos por servidores).

O dinheiro arrecadado para pagar despesas é gerado a partir do repasse de

3,1% do salário de cada segurado. Para cada servidor, o governo faz uma contribuição paritária, de igual valor e alíquota. Todo o montante vai para o Fundo de Assistência à Saúde (FAS), usado pelo instituto para quitar as despesas dos segurados com a rede hospitalar. Como há quase oito anos não havia reposição salarial para o funcionalismo público, a receita do IPE ficou estagnada e o reajuste de 6%, aprovado recentemente, não cobre nem a inflação de 10,06% em 2021.

Também tivemos a PEC 32, conhecida como PEC da reforma administrativa, que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, desde 24/09/21, com a qual **planejam, entre outras alterações, o fim da estabilidade dos servidores**, possibilidade de redução de jornada com redução de salário, dentre outras medidas.

Assim, urge ampliar o debate referente aos serviços públicos, servidores públicos e a previdência social no âmbito de um partido de matiz socialista frente aos governos neoliberais, com a reconstrução e modernização dos serviços públicos,

recuperação da previdência social, com respeito ao servidor público e aos administrados e uma profunda discussão democrática dos planos de carreira e qualificação dos servidores. Também é

necessário que se revogue o Regime de Recuperação Fiscal e as privatizações, incentivando a participação popular; e que se recriem as Fundações extintas.

propostas

Implementar política permanente de valorização das carreiras dos servidores públicos

Por meio de um debate envolvendo diversos atores, entidades sindicais, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e sociedade civil no sentido de valorizarmos os servidores e oferecermos um serviço de maior qualidade à população.

Os planos de carreira dos servidores são um instrumento permanente de valorização das carreiras dos servidores públicos. É no plano de carreira que além de serem estabelecidas as diretrizes de cada cargo dos servidores, criam-se os mecanismos para a valorização do funcionalismo público. Cada segmento dos serviços públicos, de todos os poderes e instituições, possui regramentos próprios de acordo com cada realidade funcional. Entretanto, o governo do Estado tem o papel de ser o fio condutor de um debate que deve ser travado na Assembleia Legislativa e na sociedade civil sobre mecanismos de aprimoramento e gestão dos planos de carreira dos servidores, corrigindo-se o que deve ser corrigido e melhorando o que deve ser melhorado.

Realizar Plebiscito revogatório das privatizações

Realização de plebiscito revogatório das privatizações, mobilizando a sociedade a respeito de decisões relevantes do estado e assegurando a retomada dos serviços públicos por meio da reversão das privatizações.

Recriar as Fundações extintas

Com retomada das funções desempenhadas pelas fundações extintas e a participação dos servidores, para que o Estado volte a desempenhar papel relevante em diversas áreas de atuação - cultura, pesquisa econômica e agropecuária, dentre outras.

Propõe-se, também, regularizar a situação trabalhista do

contingente de trabalhadores das fundações extintas.

**Promover o ingresso
pelo concurso público**

Contra a PEC 32, valorizando o ingresso via concurso público, com estabilidade e regime de aposentadoria próprio.

**Democratizar os
ambientes de trabalho**

Fortalecer mecanismos de gestão democrática no serviço público. Os servidores públicos e seus sindicatos devem participar ativamente na formulação das políticas públicas e na otimização das condições de trabalho. Chegaremos às necessidades dos servidores públicos por meio dos sindicatos e da sua participação na composição do governo.

**Diminuir a
desigualdade salarial**

Trabalhar para reduzir as diferenças e distâncias entre os salários dos servidores públicos do topo e da base. Realizaremos revisão das carreiras, de modo a assegurar uma trajetória profissional digna, desde o ingresso até a aposentadoria, gerando valorização das categorias que têm enfrentado as maiores defasagens salariais, especialmente da educação e da segurança pública.

**Pagar o piso
estabelecido para as
categorias**

Valorizar o serviço público, assegurando a dignidade do trabalhador e em conformidade com a legislação.

**Combater o assédio
moral e sexual**

Criar espaços de escuta e acolhimento para as vítimas e aplicando medidas cabíveis, com abertura de sindicância e apuração das responsabilidades

**Cumprir as normas de
segurança do trabalho**

Observando as normas de segurança do trabalho para os servidores públicos, evitando afastamentos e desenvolvimento de doenças e moléstias do trabalho, por meio de adoção isonômica das normas de saúde e segurança do trabalho, para atendimento de todos os serviços e servidores públicos, com criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA

e Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT.

Ofertar suporte psicológico e de fisioterapia para servidores

Por meio de serviço preventivo e gratuito, promovendo a saúde e segurança dos trabalhadores, em parceria com o SUS, de modo a evitar problemas de saúde física e mental, melhorando a qualidade de vida e reduzindo o afastamento de servidores.

Fomentar curso preparatório para concurso público gratuito

De modo a democratizar e universalizar, na prática, o acesso aos cargos públicos. Inclusive para os atuais terceirizados e precários para que possam prestar concurso para cargo estável

Ampliar e dar suporte ao teletrabalho

Com atenção à indenização pelo uso de energia elétrica, materiais de escritório e, se necessário, o fornecimento de equipamento ergonômico e de computadores para a execução do serviço, na forma de comodato.

Incorporação do teletrabalho como meio de qualificação do serviço público e de valorização do bem-estar e da saúde do servidor, desconectando-o das práticas de precarização e aumento da exploração do trabalho que ainda oneram o servidor público (uberização).

Reduzir alíquotas de recolhimento previdenciário para o IPERGS

Com ampla discussão com os servidores sobre a previdência pública do estado para que se torne um instrumento de valorização do servidor: regime contributivo (repartição versus capitalização), responsabilidades contributivas (Estado e servidores), benefícios (aposentadoria, pensões). A redução de alíquotas é medida importante, pois as atuais configuram confisco.

Promover a extinção gradual das terceirizações, com

Reverter gradualmente as terceirizações e abrir concursos públicos para prestação dos serviços; fomentar cursos preparatórios gratuitos, com público-alvo sendo a população de

abertura de concurso público

baixa renda e ex-empregados de empresas terceirizadas.

Ampliar cotas para concursos públicos

Tornar o serviço público um retrato da diversidade da nossa sociedade e criando oportunidades de integração à populações minoritárias e marginalizadas, por meio da ampliação de cotas para negros, indígenas, pessoas trans e travestis e pessoas com deficiência.

Exigir capacitação para ocupar cargo de chefia

Priorizar, nesses cargos, servidores de carreira comprometidos com gestão democrática. Visa qualificar o corpo de chefes e diminuir a ingerência política, bem como diminuir o descontentamento dos trabalhadores diante de decisões e gestões arbitrárias sem qualificação.

Criar PEC prevendo data-base para todos os servidores públicos estaduais

A revisão geral anual dos vencimentos dos servidores, ativos, aposentados e pensionistas, é um direito constitucional, previsto no artigo 37, X, da Constituição Federal, e artigo 33, da Constituição Estadual, o que é solenemente ignorado pelo Executivo.

Criar data-base para as categorias: Estabelecer calendário e permitir o debate entre sindicatos e administração sobre o dissídio na administração pública.

Apenas nos últimos sete anos, a inflação acumulada dos servidores atingiu, em abril deste ano, 58%, medida pelo IPCA. Somente a cesta básica em igual período, na capital do nosso Estado, aumentou 110%, segundo dados do Dieese.

Como proposta, elegemos o mês de maio, para ser encaminhada ao parlamento gaúcho uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que todo o ano determine a reposição da inflação nos vencimentos dos servidores, nenhum centavo a menos. Também é importante revermos as perdas salariais dos servidores havidas nos últimos anos nos governos José Ivo Sartori, do MDB, e Eduardo Leite, PSDB, responsáveis pelo

maior congelamento salarial da história do funcionalismo. Essa conta havida com os servidores públicos, que nada mais é do que um direito constitucional flagrantemente descumprido, deve ser reparada.

Nesse sentido, após um debate de caráter político e econômico, precisaremos estabelecer um calendário de pagamento dessas perdas pela não reposição desse direito dos trabalhadores e das trabalhadoras;

**Criar um Conselho
Permanente das
entidades dos
servidores públicos**

Realizar reuniões mensais, organizadas pela Secretaria da Casa Civil do governo, em escuta às representações dos servidores acerca de suas principais demandas.

O governo Leite/Ranolfo se caracterizou pela ausência de debate e transparência com as entidades dos servidores públicos. É comum ouvirmos dessas entidades relatos que não houve diálogo, tampouco transparência, com os representantes dos trabalhadores, a exemplo da votação da recomposição salarial em que as entidades tentaram, por meio de debate sobre as contas governamentais, demonstrar que havia plenas condições de ser ofertado um índice superior aos 6% que foram aprovados pela Assembleia Legislativa aos servidores públicos.

Não podemos dar as costas para quem leva os serviços públicos à população gaúcha. Nossa governança deve ser solidária e participativa com aqueles que são os responsáveis por levar as políticas públicas aos gaúchos e às gaúchas.

**Reconstruir e
modernizar os serviços
públicos**

Por meio da recuperação da previdência social e respeito ao servidor público e aos administrados.

**Valorizar o Servidor
Público (atuante nas
Agências de Fomento)**

Elaborar e implementar políticas de valorização e qualificação das carreiras técnicas da Agência de Fomento, as quais precisam ser entendidas como parte do Estado.

SEGURANÇA

A política de segurança pública no estado está fundada no modelo de Estado penal e punitivista que estrutura as relações de dominação e que se mantém pelo acirramento da violência - sobretudo, contra a população pobre, periférica e negra.

Destinada à proteção de uma pequena parcela da população, com políticas centradas na "guerra às drogas", no encarceramento em massa, na construção de presídios e no aumento do contingente policial, a segurança pública, nesses moldes, estrutura-se como uma forma de permanente violência de Estado e de uma sistemática e estrutural violação de direitos humanos. As estratégias de repressão baseadas no aparelhamento militar das polícias e construção de novas unidades prisionais não resolvem os crimes e a violência.

O atual governo destinou recursos para a segurança pública de forma aleatória, distribuindo-os a programas generalistas, como o RS-SEGURO, que não cumpriu as metas prometidas, e promoveu campanhas insuficientes para combater a violência contra mulheres e contra minorias. Não bastasse, o estado registra hoje um dos maiores números de células neonazistas do Brasil, enquanto conta com apenas uma delegacia de combate a crimes de ódio e intolerância.

Ainda que o governo divulgue a diminuição dos índices de violência, questiona-se o impacto da pandemia, que diminuiu a interação social. As estatísticas devem ser compreendidas em seus contextos e não instrumentalizadas politicamente. Senão, como explicar o aumento da violência doméstica ou de

crimes de intolerância e ódio no mesmo período?

É preciso enfrentar as causas que geram a violência, ampliando a presença da polícia comunitária e das patrulhas Maria da Penha, implementando ações de justiça restaurativa como alternativa à justiça punitiva, com ações voltadas para prevenir e combater a violência contra as mulheres, contra a população LGBTQIA+, contra o genocídio dos indígenas e da população negra. É preciso que políticas públicas de segurança demovam as estruturas calcadas na colonialidade capitalista que, historicamente, promovem as injustiças sociais.

Os dados e indicadores de violência mostram a premência de políticas públicas voltadas para a população negra, periférica e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além do investimento em mudanças estruturais e qualificação dos policiais, visando mudanças nos paradigmas das polícias, com propostas que não se restrinjam a municia-las. Importante medida, também nesse sentido, é a da restrição do comércio de armas de fogo.

Finalmente, há necessidade de pensar e construir estratégias de segurança pública a partir da participação popular e também com a base das polícias, buscando solucionar os conflitos nas regiões mapeadas com altos índices de violência e miséria, por meio do uso da inteligência para o direcionamento de políticas públicas com viés menos generalista e com resultados realmente eficientes para os territórios e suas específicas incidências de criminalidade.

Neste sentido, é fundamental que o modelo de segurança pública e do sistema prisional e socioeducativo sejam construídos pela e com controle social das comunidades, em um processo contínuo de escuta e deliberação, a fim de que as medidas reflitam as demandas da população e dos atores sociais ligados à segurança pública.

Faz-se necessário também, que as/os agentes da segurança sejam reconhecidas/os e valorizadas/os como trabalhadoras/es que são e como parte essencial da superação da atual concepção de polícia, trazendo-as/os para mais perto de suas/seus concidadãos.

propostas

Criar grupo de trabalho multidisciplinar responsável por assessoria em estratégia e pesquisa científica em Segurança Pública

Desenvolver programas para auxiliar no diagnóstico da violência e prevenção do crime, de modo a auxiliar na criação e manutenção de políticas públicas;

Desenvolver programas específicos para cada tipo de violência e criminalidade identificados nas regiões mapeadas;

Criar postos fixos ou itinerantes para a solução de conflitos nas comunidades afetadas por violência/criminalidade;

Dar estrutura para a um modelo de gestão baseado na pesquisa e na modernização tecnológica

Modernizar e ampliar os sistemas de dados existentes;

Estabelecer sistemas de comunicação das polícias com os demais órgãos que participam da coleta, filtragem, análise e criação de políticas públicas das áreas de segurança pública e afins;

Criar um Comitê Gestor ou Observatório de resultados das políticas públicas que atue em tempo real;

Introduzir, nos formulários preenchidos em órgãos de segurança, dados que permitam a elaboração de políticas específicas.

Qualificar o sistema de transferência e comunicação de dados

Implantar projetos específicos e de acordo com a necessidade local conforme o tipo de violência e criminalidade experienciado;

Estabelecer metas de diminuição de violência e criminalidade nas comunidades;

Auditar, em tempo real, os resultados obtidos com as políticas públicas implementadas visando a sua modificação ou continuidade

Aperfeiçoar o método de ingresso nas carreiras de segurança pública

Adequar os mecanismos de elaboração e acompanhamento de editais para concursos a uma gestão transparente;

Adotar exames e testes psicológicos próprios para a área de segurança;

Fortalecer cursos de formação com ênfase em Direitos Humanos; criar na área de segurança, como fase eliminatório de concurso, a frequência em curso de formação específico.

Fortalecer política de cotas para pessoas trans, negras e integrantes dos povos indígenas

Implementar o Decreto 56.229/21.

Ampliar as quotas citadas no decreto.

Criar cursos gratuitos preparatórios para concursos públicos voltados para cotistas.

Realizar pesquisa das condições de saúde mental de trabalhadores(as) da segurança pública

Realização de parcerias e convênios com instituições de ensino e pesquisa, a fim de realizar levantamento das condições de saúde mental das trabalhadoras(es) dos distintos órgãos da Segurança Pública, tanto da ativa, quanto inativos(as).

Traçar perfis de vitimização de adoecimento psicológico, em virtude da atuação profissional e seus impactos na atividade fim.

Garantir adequação dos estudos ao perfil do órgão a que se vinculam.

Atuar para garantir a saúde laboral

Implantar grupos interdisciplinares, voltados ao apoio sócio-psicológico de caráter preventivo de trabalhadores(as) dos órgãos da segurança pública;

Garantir a participação de, ao menos, profissionais da psicologia e da assistência social, inicialmente nas regiões de maior incidência de sofrimento psíquico de trabalhadores(as), conforme levantado na pesquisa a ser implementada.

A participação das(os) trabalhadoras(as) nos grupos deverá ser obrigatória, por ordem direta dos órgãos de direção da SSP.

Alterar os paradigmas de enfrentamento à violência pelas polícias

Reestruturar as polícias, principalmente pelo uso da informação e inteligência;

Melhorar equipamentos dos órgãos de Segurança Pública;

Fortalecer os observatórios/comitês de enfrentamento à violência.

Promover programas permanentes de formação sobre, direitos humanos e educação para a paz

As escolas e academias vinculadas aos órgãos de segurança deverão reformular seus programas, tendo como temas transversais conteúdos que orientem as(os) agentes de segurança em formação, ou em processo de atualização (reciclagem), para a compreensão dos elementos que estruturam as desigualdades sociais e as opressões delas resultantes.

As capacitações para abordagens, acolhimento e atendimento à população deverão ser elaboradas com base nos preceitos constitucionais que estabelecem os direitos fundamentais, assim como nas convenções internacionais de direitos humanos das quais o Brasil é signatário.

Redirecionar a atividade dos policiais militares, tendo em vista princípios de proteção à população civil, com base na escuta das comunidades

Com base nos diálogos estabelecidos junto aos Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã, estabelecer programas de formação e padrões de intervenção que ampliem o foco de atuação, especialmente do policiamento comunitário.

O Policiamento Comunitário e o Policiamento a Pé, nas regiões em que estão em funcionamento atualmente, têm sido direcionados prioritariamente para a relação com os setores dos comércios locais, o que, em que pese estabeleça vínculo com parcela da sociedade civil, é restritivo frente à diversidade desta sociedade.

Propõe-se que o direcionamento desse tipo de policiamento seja realizado em diálogo com o conjunto das organizações que venham a compor os Conselhos.

Fortalecer a atuação da Polícia Comunitária

Ampliação da atuação da polícia comunitária, atualmente efetivada somente em municípios das Regiões da Serra e Metropolitana de Porto Alegre, por meio da recomposição do efetivo das polícias, com ênfase neste tipo de policiamento.

Aquisição de bicicletas elétricas e equipamentos para serem utilizados na recriação do policiamento de bairro a pé e de bicicleta.

Promover a utilização de câmeras e dispositivos de localização via GPS

Encaminhar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei para ampliar o uso de câmeras de vídeos e dispositivos de localização via GPS, nas viaturas e uniformes policiais.

Assegurar observância de técnicas de revista e abordagem policial, evitar abusos e resguardar provas referentes à conduta policial e do cidadão;

Adotar em todo o Estado sistemas de telemetria, em especial nos batalhões de enfrentamento e nos de policiamento ostensivo.

Criar, junto ao Gabinete da SSP, unidade responsável pelo diálogo com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais

Composição de unidade interna à SSP, de natureza não militar, voltada para articular políticas que contribuam com (1) interlocução com os movimentos sociais; e (2) realização de escuta qualificada das comunidades quanto a suas reivindicações de segurança, a fim de elaboração de políticas capazes de responder às suas especificidades.

Implantar programa de criação de Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã

Elaboração de Plano de Implantação de Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã, a ser articulado pelo Departamento diretamente responsável pela relação com a sociedade civil, envolvendo os conselhos estaduais de direitos;

Implantação de Conselhos nas cidades em que já existam e/ou que venha a ser implantada a Polícia Comunitária.

Destinar recursos para o desenvolvimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã

Disponibilizar recursos para editais destinados a projetos a serem desenvolvidos pelos Conselhos Comunitários de Segurança Cidadã;

Abertura de editais de duas ordens: (1) concurso voltado à premiação de experiências em andamento em áreas de periferia urbana e no mundo do campo, que contribuam para a redução da violência; (2) projetos voltados para a capacitação de agentes comunitários de Direitos Humanos.

Realizar ciclos de debates focados na defesa prioritária da vida da maioria do povo, abordando as raízes socioeconômicas da violência

Inclusão, nos programas de formação de agentes, dos aspectos históricos da formação do povo brasileiro, que levaram o Brasil ao atual patamar de desigualdades e à necessidade de inversão de prioridades das ações de segurança, voltando-as para a defesa da maioria da população, em detrimento dos interesses patrimoniais.

Promover programas direcionados às comunidades em iniciativas que abordem as lutas contra a intolerância

Ampliação da rede de atendimento aos crimes de intolerância, articulada a áreas do governo capazes de contribuir para a estruturação de projetos de sensibilização dos servidores da área.

Construir, em conjunto com as comunidades participantes dos conselhos, programas de formação conjunta para o público geral e agentes de segurança.

Criar aplicativos para comunicação de ocorrência de determinados crimes, com meios de georreferenciamento

Criação de aplicativos que possam ser utilizados pela população para comunicar a ocorrência de crimes contra a vida e de intolerância. Neste sentido, o Estado de São Paulo iniciou testes com aplicativos para determinados delitos, em especial aqueles tipificados na Lei Maria da Penha. A proposta, aqui, envolveria incluir crimes de racismo, intolerância religiosa, contra crianças e idosos, contra a população LGBTQIA+ e PCDs.

Com isto, busca-se facilitar a localização da vítima, facilitar acesso das pessoas à comunicação de ocorrências policiais e promover a acessibilidade de pessoas com deficiência. A iniciativa deverá gravar dados, que transformar-se-ão em informações para subsidiar políticas públicas com maior eficiência, como a disponibilização de maior efetivo policial em determinados bairros, em virtude de maior índice de crimes registrados.

Incluir os itens “orientação sexual” e “identidade de gênero” em todos os formulários da área da segurança

Reestruturação dos instrumentos de coleta de informação e registros de ocorrência, por meio físico ou virtual, para incluir os dados orientação sexual e identidade de gênero.

A proposta visa garantir o reconhecimento do perfil do povo gaúcho, assim como qualificar as estatísticas, tanto do ponto de vista das pessoas que são vitimizadas, quanto do(s) tipo(s) de violência(s) sofrida(s), considerando-se tais pertencimentos.

Aprimorar os mecanismos de identificação, mapeamento, abordagem e repressão a indivíduos e grupos responsáveis por práticas de intolerância

Qualificação dos órgãos de inteligência das polícias e da gestão da SSP para reconhecimento das movimentações, em meio virtual e material/físico, de grupos neonazistas, racistas, LGBTfóbicos, supremacistas e misóginos.

Ampla publicização para a população gaúcha, quanto aos riscos e impactos efetivos destes tipos de ideologias e crimes delas decorrentes.

Estabelecer a motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual

As delegacias devem exigir a motivação nos registros e protocolos de atendimentos nas delegacias e demais instituições públicas que encaminham denúncias

Expandir a rede de Delegacias de Polícia de Combate à Intolerância

Implantar Delegacias de Combate à Intolerância nos municípios com maior incidência de crimes de ódio. Garantia de espaços físicos, efetivos e equipamentos adequados à acolhida e encaminhamento de denúncias de crimes de ódio contra as populações LGBTQIA+, PCDs, pessoas racializadas (negras, indígenas, orientais, árabes, etc.) e de distintas confissões religiosas ou orientações espirituais nas principais cidades gaúchas.

Promover políticas de prevenção contra a violência doméstica e familiar

Desenvolvimento de campanhas publicitárias de amplo alcance no estado, abordando os conceitos fundamentais da Lei Maria da Penha, assim como, as tipificações de violência e, em especial, a abrangência das noções de doméstico e familiar previstas na Lei;

Realização de capacitações para o conjunto dos órgãos de segurança, focados na acolhida e escuta qualificada das vítimas, considerando-se sua multiplicidade de perfis: faixa etária, domicílio (urbano ou rural), pertencimento étnico, orientação sexual, identidade de gênero.

Garantir a presença de unidades e atividades da Patrulha Maria da Penha em todos os municípios do Estado.

Garantia de efetivo e equipamentos próprios para funcionamento da Patrulha Maria da Penha em todas as cidades, com ampla publicização das formas de contato e acionamento das mesmas.

Qualificar os meios de denúncia online de crimes de intolerância

Modernização dos meios online de denúncia, com a criação de interfaces mais amigáveis, levando em consideração linguagens e layouts.

Criação de links em diversos sites do governo, vinculando-os aos mecanismos de denúncia.

Promover e fortalecer as políticas de redução de dano

Criação de grupos de trabalho intersetoriais que envolvam segurança pública, assistência social, saúde, educação, capacitação profissional, inclusão no trabalho e produção de renda como estratégias de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, fortalecendo, assim, as políticas de cuidado integral na redução de danos, assegurando o acesso aos direitos fundamentais de saúde e dignidade.

Promover políticas voltadas para a remição da pena pelo trabalho, estudo e leitura

Elaboração de projetos que visem fomentar, apoiar e ampliar a efetivação do direito à remição da pena, conforme previsto na Lei de Execução Penal e em orientações do Conselho Nacional de Justiça, por meio de parcerias e convênios com a sociedade civil, o poder público e os Conselhos das Comunidades.

Disponibilizar equipamentos e insumos para unidades prisionais destinados à produção de absorventes e fraldas

Aquisição de equipamentos com a inclusão de insumos e capacitação das pessoas privadas de liberdade para a produção de absorventes e fraldas geriátricas e infantis.

Ressalte-se que os absorventes e fraldas são itens de higiene de alto custo. No caso da pobreza menstrual no cárcere, denunciada em diversas instâncias por violação de Direitos Humanos, a sua eliminação requer políticas que promovam a produção suficiente desses itens, de acordo com as demandas das unidades prisionais, no sentido de propiciar a saúde e a dignidade das pessoas que menstruam privadas de liberdade, contemplando, ainda, situações de doenças, de mulheres que dão à luz no cárcere e de pessoas privadas de liberdade que

necessitem do uso de fraldas.

Direcionar recursos para manutenção de infraestrutura e salubridade nas unidades prisionais no Estado

Necessário o planejamento para o cumprimento das demandas, tendo em vista a superação de situações de insalubridade e ampliação da previsão orçamentária para a manutenção da infraestrutura e salubridade das unidades prisionais.

Diversas instâncias de denúncias de violação aos direitos humanos no sistema penitenciário apontam as precárias condições dos presídios, superlotação, falta de critérios de separação por natureza da pena, relacionadas ao aumento da reincidência, criminalidade, e violência prisional.

Promover políticas e convênios/parcerias para inclusão social de adolescentes em vulnerabilidade e conflito com a lei

Estabelecimento de convênios e parcerias com entidades capazes de desenvolver projetos para jovens, direcionados à promoção do acesso à educação, formação profissional, programas de jovem aprendiz e políticas com critério de prioridade direcionadas para a juventude negra, indígena, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

Aprimorar o censo da população em situação de prisão

Inclusão das informações de identidade de gênero e orientação sexual nos formulários de ingresso no sistema prisional.

Ampliar políticas de saúde e proteção da dignidade das mulheres e da população LGBTQIA+ privadas de liberdade

Aperfeiçoamento e inclusão do acesso a programas de saúde mental, não medicamentosa, na infraestrutura.

Disponibilizar recursos para a aquisição de equipamentos

Qualificação dos recursos de revistas como forma de não violar a dignidade das pessoas que adentram o sistema prisional como visitantes. São muitas as denúncias de revistas vexatórias

eletrônicos, detectores de metais, aparelhos de raio-x ou similares

nos estabelecimentos penais que expõe a urgência desta ação.

Garantir autonomia dos Conselhos de Comunidade previstos na LEP

Aquisição de equipamentos e insumos para execução de projetos destinados às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, com o aporte de recursos que oportunizariam a autonomização dos Conselhos da Comunidade

Elaborar plano de implantação de Centros de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil - CRAI, nas principais cidades

Criação de Grupo de Trabalho conjunto entre SSP, Ministério Público e Poder Judiciário, a fim de elaborar método e cronograma do Plano de Implantação dos CRAI, bem como o estabelecimento de convênios e parcerias com entidades da sociedade civil organizada e universidades.

TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

A questão do transporte tem se tornado cada vez mais importante. Nosso Estado tem uma tradição exportadora tanto no setor primário quanto no setor secundário da economia, e necessita de atenção aos modais de transporte para exercer essas atividades, ligando as várias regiões produtoras do Estado à capital e ao Porto de Rio Grande.

A diversificação dos modais é uma necessidade óbvia neste setor. O governo estadual deve estar atento a isso. A matriz modal de transportes no Rio Grande do Sul é excessivamente focada no transporte rodoviário. Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o transporte rodoviário corresponde a 88% dos transportes no Estado. Isso é um verdadeiro desperdício, visto que nossas redes

ferroviária e hidroviária têm grande potencial de aproveitamento.

O modal ferroviário corresponde a apenas 6% dos transportes, 3% são correspondentes ao modal hidroviário e 3% dutoviários. Nossa extensa rede ferroviária está praticamente abandonada, enquanto os portos e as rotas hidroviárias interiores estão subaproveitados.

Esses dois modais agregam, ainda, uma vantagem ambiental, pois tanto o modal ferroviário como o modal hidroviário são mais eficientes ecologicamente do que o modal rodoviário. Com o aumento de passageiros e cargas nas hidrovias e ferrovias, haveria significativa redução das emissões causadas pelo trânsito de carros, ônibus e caminhões.

Em relação às hidrovias para navegação interior, aquela praticada em rios,

lagos, lagoas e canais, que nos anos 1970 somavam 1,2 mil quilômetros de vias navegáveis, hoje somam apenas 766 quilômetros.

Em 2017, o governo Sartori extinguiu a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) autarquia que era a responsável pela manutenção



dos canais interiores da hidrovía, desde o paralelo 32 até o extremo norte do principal sistema lacustre do Estado, constituído pela Lagoa dos Patos e Lago Guaíba, compreendendo 81 trechos artificiais pertencentes à malha hidroviária gaúcha.

Passou então a ser chamada de Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG, e em maio de 2022, ainda com Eduardo Leite como governador, tornou-se empresa pública e no lugar dos servidores concursados passou a ser administrada por um Presidente e 49 cargos de confiança. A extinção de Autarquias e Fundações nunca foi por economia nos gastos.

Por fim, nos últimos 25 anos, a malha ferroviária do RS perdeu 1,5 mil quilômetros de extensão. O modelo de concessão mostrou-se um fracasso, pois dos 3,15 mil quilômetros de

trilhos ativos em 1997 restaram apenas 1,65 mil quilômetros. As figuras que seguem, extraídas do Plano Estadual de Logística e Transporte, representam a extensão, respectivamente, em 1997 e hoje:



propostas

- Incentivar e regulamentar o desenvolvimento dos sistemas hidroviário e ferroviário de passageiros, proporcionando alternativas para a população em relação ao transporte rodoviário.
- Investir no aumento da capacidade dos modais hidroviário e ferroviário de carga.
- Assegurar a conexão entre o Sistema Hidroviário Interior do Uruguai e o sistema brasileiro do Rio Grande do Sul.
- Providenciar, por meio das instituições públicas de crédito, apoio e fomento aos empreendimentos vinculados aos transportes hidroviário e ferroviário de passageiros.
- Chamar a população para debater os contratos com empresas privadas relativos aos transportes intermunicipais e metropolitano.
- Priorizar o acesso asfáltico aos pequenos municípios, garantindo dignidade a essas populações e a possibilidade de escoamento de produção, levando ao desenvolvimento regional.
- Aprimorar a qualidade das estradas gaúchas, diminuindo o risco de acidentes aos usuários.